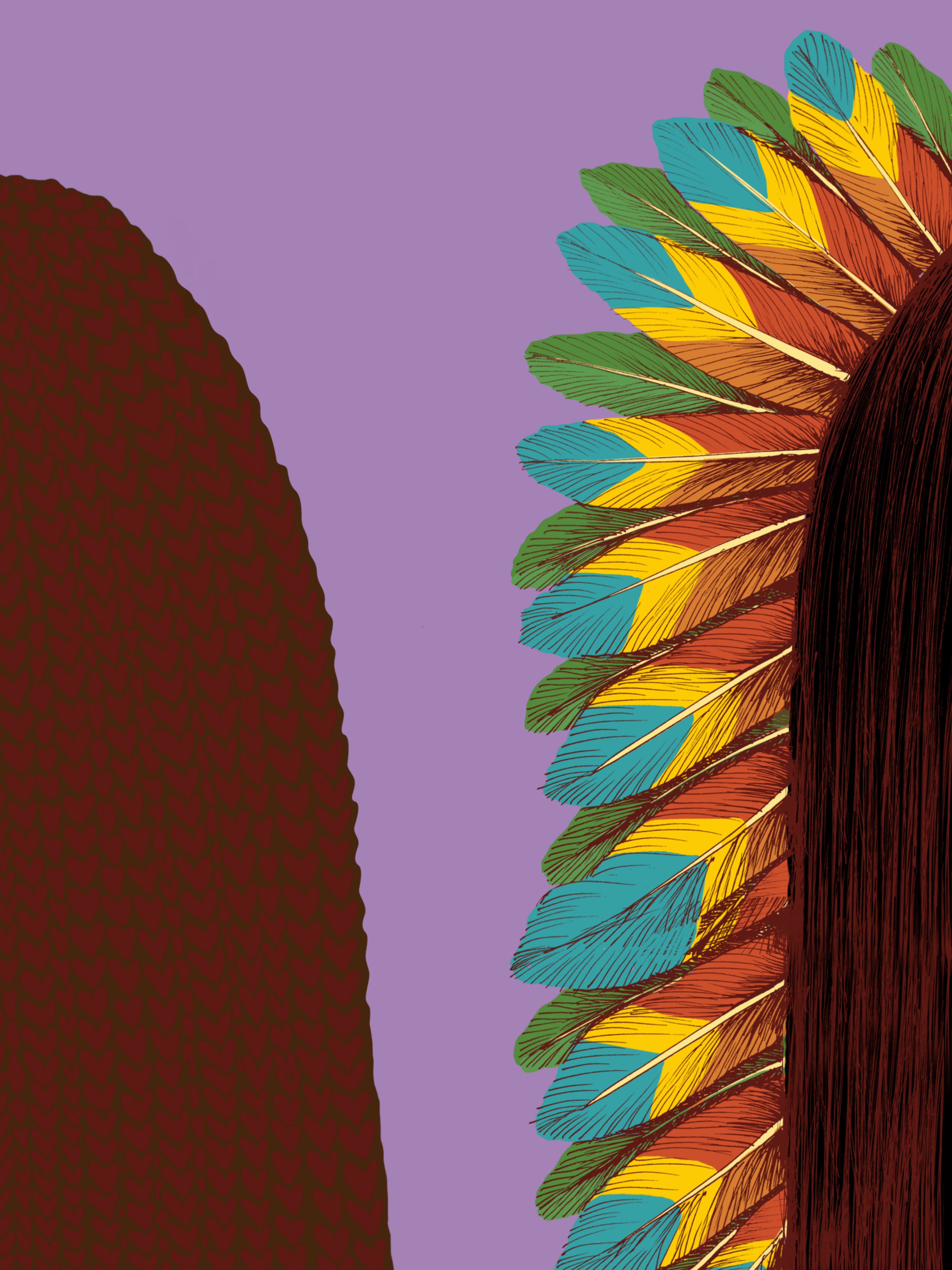




Artigos de
ANALBA BRAZÃO
CARMEN SILVA
MARIA BETÂNIA ÁVILA
MÉRCIA ALVES
RIVANE ARANTES
TALITA RODRIGUES
VERÔNICA FERREIRA

Organização
NATÁLIA CORDEIRO

*Crítica feminista
alargando a*
democracia





edições
sos corpo

Crítica feminista alargando a democracia

Organização

Natalia Cordeiro

Artigos

Analba Brazão

Carmen Silva

Maria Betânia Ávila

Mércia Alves

Rivane Arantes

Talita Rodrigues

Verônica Ferreira

Recife, 2023

CRÍTICA FEMINISTA ALARGANDO A DEMOCRACIA

Artigos

Analba Brazão
Carmen Silva
Maria Betânia Ávila
Mércia Alves
Rivane Arantes
Talita Rodrigues
Verônica Ferreira

Organização e edição

Natália Cordeiro

Revisão e edição

Cristina Lima

Projeto Gráfico, Capa, Ilustrações e Diagramação

Nathalia Queiroz

Impressão

Provisual

Produção da Publicação

SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia

Apoio

Pão Para o Mundo

Recife, 2023 | Tiragem 500 exemplares



Todos os direitos reservados a **Edições SOS Corpo**

Endereço: Rua Real da Torre, 593 Madalena, Recife - PE

Telefone: (81) 3087-2086

Email: sos@socorpo.org.br | comunicacao@soscorpo.org.br

Site: soscorpo.org

Sugerimos e estimulamos a reprodução total ou parcial dos conteúdos desta publicação, desde que a fonte seja citada.

Produção da Publicação:

Apoio:

Brot
für die Welt
Pão para o Mundo –
Serviço Protestante
para o Desenvolvimento

Índice

<i>Apresentação</i>	7
---------------------	---

<i>Luta por direitos em perspectiva anti-sistêmica: reflexões a partir da práxis do movimento feminista</i>	
Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira	12

<i>Reflexões feministas sobre a organização política das mulheres e a luta por direitos. Ações, resistências, impasses e desafios da democracia</i>	
Mércia Alves	35

<i>Racismo não é “mimimi” de um “grupeto”. É um mal avassalador num país racializado e racista</i>	
Rivane Arantes	47

<i>Memórias e reflexões desassossegadas de uma gravidez em tempos de pandemônio</i>	
Talita Rodrigues	65

<i>Democracia nas ruas, em casa e na cama</i>	
Analba Brazão	81

<i>Especial Eleições</i>	
Carmen Silva	90

<i>Sobre as autoras</i>	123
-------------------------	-----



Apresentação

Ao questionar a separação entre as esferas pública e privada nos anos 1970, o feminismo reconfigura a discussão sobre temas importantes do pensamento político ocidental como democracia, representação, justiça, cidadania, identidade... Mais do que isso, o feminismo apresenta alternativas críticas às concepções hegemônicas estabelecidas ao argumentar que a divisão entre as esferas pública e privada, tida como incontestável, é crucial para a conformação do espaço político tal como ele está constituído, para a exclusão das mulheres desse espaço e para a manutenção da opressão e submissão das mulheres no espaço doméstico.

A partir da denúncia da fragilidade dos limites entre o público e o privado pressupostos pelo pensamento liberal, o feminismo, enquanto teoria e enquanto luta, evidenciou as conexões entre as relações de poder no cotidiano e a baixa permeabilidade das democracias contemporâneas. Isto é, a desigual divisão sexual do trabalho, o controle da sexualidade, a injustiça reprodutiva, a criminalização do aborto, a feminilização da pobreza, a violência contra as mulheres fazem da democracia um conceito abstrato para as mulheres. Sobretudo para as mulheres negras e pobres, uma vez que gênero, raça e classe organizam conjuntamente a sociedade, de modo que o gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social, nem é acessório relativamente a essas variáveis.

Passados mais de 50 anos das primeiras críticas feministas à democracia, as discussões sobre os seus limites seguem latentes e sendo feitas por uma diversidade de sujeitos (inclusive pelos sujeitos hegemônicos). No Brasil, os últimos anos evidenciaram a fragilidade das instituições da democracia liberal e os seus impactos perversos na vida das mulheres, população negra, povos indígenas, população LGBTQIA+, da classe trabalhadora...

Na atualidade, a extrema direita fascista segue na investida para minar a parca democracia estabelecida no país que saiu fortalecida das últimas eleições. Esse cenário nos desafia a aprofundar as reflexões para avançar, teórica e politicamente, na construção de uma democracia mais larga, uma democracia em que finalmente caiba quem dela sempre esteve excluída. Esse livro busca contribuir para isso: reúne uma pluralidade de temas que, por sua vez, são abordados em diferentes estilos. O fio que conduz as leituras é a democracia e a disputa por suas dimensões e sentidos diversos, amplos, largos, verdadeiramente democráticos.

No artigo “Luta por direitos em perspectiva antissistêmica: reflexões a partir da práxis do movimento feminista”, Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira discutem os desafios teóricos e políticos do feminismo de pensar criticamente a relação entre luta por direitos, resistência, melhoria nas condições de vida das mulheres e transformação social. As autoras resgatam o conceito de relações sociais e pensam a transformação social e o contexto social no qual estão inseridas. Argumentam que na América Latina e no Brasil, a luta por direitos tem sido abrangente em termos de diversidade dos movimentos sociais e tem levado a dimensões diferenciadas de radicalidade e perspectivas de lutas e de pensamentos transformadores.

O texto “Reflexões feministas sobre a organização política das mulheres e a luta por direitos: ações, resistências, impasses e desafios da democracia”, de Mércia Alves, é a sistematização de sua fala no curso Espiral Feminista. Nele a autora provoca o público a pensar a democracia a partir do nosso lugar no mundo e reflete sobre o distanciamento entre sentido e prática do referido conceito que se expressa nas desigualdades sociais, na sub-representação das mulheres e na interseccionalidade das opressões na política. Provocações como “democracia enche barriga? Como é isso nas nossas vidas? Como podemos recheiar a democracia já que foi algo construído externamente a nós mulheres e como consolidação

da lógica patriarcal-racista que separa o público e o privado?” são entrecortadas por pitadas de teoria didaticamente apresentadas, levando quem lê a construir junto com a autora suas próprias definições.

O artigo “RACISMO não é ‘mimimi’ de um ‘grupeto’. É um mal avassalador num país racializado e racista” reúne reflexões originalmente apresentadas no processo de formação de militantes da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) em 2021 sobre o tema “Reflexões sobre os elementos estruturais do racismo a partir da perspectiva feminista”. Nele, Rivane Arantes discute o racismo enquanto uma chave de leitura fundamental para se confrontar o problema da democracia, dos modos de produção da vida hoje retratados pelo modelo econômico extrativista e da violência no Brasil. Argumenta que enfrentá-lo é uma responsabilidade inadiável para todas as pessoas que desejam um mundo com justiça, incluindo o movimento feminista antirracista, e que fazer isso exige afirmar que o racismo existe e está entre nós, porque ele está em tudo, e que o mito da democracia racial é uma fraude histórica.

Em “Memórias e reflexões desassossegadas de uma gravidez em tempos de pandemônio”, Talita Rodrigues rememora o percurso da sua gestação refletindo de forma emocionante e profunda sobre o sentido do corpo e da democracia na sua experiência de engravidar, parir e maternar. Tendo o racismo como eixo estruturante do texto, a autora discute os medos de uma gravidez no auge da pandemia de Covid-19 e do desgoverno Bolsonaro, tratando da violência obstétrica, morte materna, injustiça reprodutiva. Defende o legado do feminismo na garantia do parto humanizado no SUS e na defesa do direito à saúde das mulheres de forma mais ampla.

“Democracia nas ruas, em casa e na cama”, de Analba Brazão, também é fruto da sistematização de sua fala no curso Espiral Feminista. Nele a autora estabelece uma linha do tempo que vai de 2016 a 2022, na qual resgata a atuação dos movimentos feministas no Brasil e na América Latina. Dialogando com as críticas feministas e antirracistas à fragilidade

democrática, ela demonstra a capacidade organizativa dos movimentos feministas e dos movimentos negros, evidenciando a centralidade da política não institucional para disputar corações e mentes.

O livro termina com uma seção especial que reúne as nove colunas quinzenais escritas por Carmen Silva para a Marco Zero Conteúdo¹ por ocasião das eleições de 2022. São análises feministas da conjuntura eleitoral, em nível estadual e em nível nacional, que buscaram contribuir para ampliar o olhar sobre a disputa eleitoral, as instituições políticas e a democracia propriamente dita, considerando as categorias sociais de gênero, raça e classe. A leitura dos textos em ordem cronológica permite uma análise retrospectiva do que foram as eleições de 2022 a partir de reflexões elaboradas coletivamente no Instituto e ajuda a pensar os desafios postos neste novo cenário. Reuni-los nesta publicação representa ainda um exercício de construção de memória em um país que insiste em não preservá-la e que já experimentou as graves consequências disso.

Desejamos uma boa leitura, seguras de que nos encontraremos nas trincheiras de luta por mais democracia no mundo e em nossas vidas!

¹ Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo qualificar o debate público promovendo o jornalismo investigativo e independente. Em um cenário de concentração de mídia e perda de credibilidade dos meios de comunicação tradicionais, como vem ocorrendo no Brasil, a Marco Zero aposta na produção de reportagens e conteúdos que exponham as relações de poder, dando destaque a temas de interesse público invisibilizados pela mídia corporativa.



Luta por direitos em perspectiva anti-sistêmica: reflexões a partir da práxis do movimento feminista

Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira

Esse artigo, construído por duas companheiras feministas, traz tanto reflexões do próprio momento de sua elaboração, como também resgata elaborações consolidadas em outros textos, tanto de autoria pessoal de cada uma como produzidos em parceria entre nós, retomando e/ou reestruturando nossos pensamentos em um processo no qual nos interpelamos ou, podemos dizer, em um movimento que vem de nossa práxis feminista ao longo de muitos anos. Essa relação e essa produção vêm se construindo durante as duas últimas décadas, como pesquisadoras e educadoras do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia e integrantes do movimento feminista, no nosso caso, o Fórum de Mulheres de Pernambuco, a Articulação de Mulheres Brasileiras e a Articulação Feminista MARCOSUR.

O movimento feminista é, no geral, uma práxis crítica e transformadora. No entanto, nesse universo plural, vamos tomar de maneira esquemática e como uma espécie de síntese de posicionamentos localizados em perspectivas que guardam muitos matizes, mas que ao mesmo tempo podem ser tratadas como estando em oposição: uma teoria crítica do sistema que sustenta projetos políticos de transformação em contraponto a uma elaboração que critica o sistema ou as desigualdades

por ele produzidas, mas que sustenta uma proposição de reorganizá-lo para incluir as mulheres. Dito de outro modo, poderíamos situar duas vertentes que são tão somente parte de uma grande pluralidade de perspectivas, sendo uma a teoria crítica que se ancora em uma práxis de resistência e transformação e uma outra abordagem teórica que de uma certa maneira trabalha com a funcionalidade do sistema em assegurar a mobilidade e inserção das mulheres. Uma crítica do que falta no sistema ou uma crítica ao próprio sistema que, em sua dinâmica, reproduz-se produzindo as desigualdades que o alimentam. A crítica ao que falta leva a uma proposição de oposição e alinhamento; a crítica ao sistema leva a antagonismo, transformação e emancipação.

Essas duas posições, contrapostas, não abrangem o conjunto das perspectivas críticas que atravessam o feminismo como teoria e como agir coletivo, mas apontam vertentes em oposição e que, ao mesmo tempo, estão numa relação dialógica marcada por uma tensão e uma interpelação permanente na ação do movimento feminista na sua pluralidade, mediadas por correntes de pensamento que se situam em diferentes graus de aproximação ou distanciamento frente a essas duas perspectivas.

Um conceito fundamental para a produção de conhecimento numa perspectiva crítica, que tem se afirmado nas duas últimas décadas como antissistêmica, é o de relações sociais – tão fundamental que vem sendo atacado pelos ideólogos do neoliberalismo no sentido de destituí-lo como ferramenta de análise da realidade social. Podemos dizer que adotar esse conceito é, hoje, também uma prática intelectual de resistência. Isto porque faz parte da ideologia neoliberal tratar a realidade social como formada, de um lado, por estruturas funcionais e naturalizadas que se movem pela ação dos indivíduos, evadindo, dessa forma, da leitura dessa realidade, a dinâmica das relações sociais e os confrontos sociais e políticos que podem levar à transformação dessas relações e estruturas de poder. Sobre o conceito de relação social, retomamos aqui as questões colocadas por

Kergoat, “o que é importante na noção de relação social – definida pelo antagonismo entre grupos sociais – é a dinâmica que ela introduz, uma vez que volta a colocar a contradição, o antagonismo entre os grupos sociais no centro da análise, e que se trata de contradição viva, perpetuamente em via de modificação e de recriação” (Kergoat, 2002, p. 244). A autora explica que, se tomarmos em conta apenas as estruturas, isto nos levará a um raciocínio que negaria a possibilidade da existência dos sujeitos, como se os indivíduos agissem somente a partir da ação das formas exteriores. Para ela, é contra a visão solidificada de estrutura social “que se insere o raciocínio em termos de relações sociais (com seu corolário: as práticas sociais): relação significa contradição, antagonismo, luta pelo poder, recusa de considerar que os sistemas dominantes (capitalismo, sistema patriarcal) sejam totalmente determinantes” (Kergoat, 2002, p. 244).

Essa visão de “sistema dominante como aquilo que não é totalmente determinante” (Kergoat, 2002, p. 244) constrói uma abertura para entender o movimento de subversão à ordem, que constitui o sujeito, e para enxergar as dinâmicas individuais e coletivas que formam as tensões e revelam as contradições que engendram a vida social. É uma perspectiva que nos leva a perceber os movimentos do devir produzidos pelo feminismo como também as novas práticas sociais e condições de possibilidade para a emergência de subjetividades dissidentes no cotidiano (Ávila, 2018).

Partimos da perspectiva crítica que analisa o sistema como uma formação social e histórica na qual coexistem a exploração, dominação, desapossamento e apropriação capitalista, patriarcal e racista. O sistema patriarcal, historicamente anterior ao capitalismo, é reestruturado como parte do próprio desenvolvimento capitalista, que tendo como centro de acumulação de riqueza e de poder os países europeus, se estruturou e expandiu suas fronteiras por meio de um processo de colonização baseado na dominação, exploração, escravização e racialização de povos e no desapossamento de seus territórios, na exploração e apropriação dos

seus corpos, de sua força de trabalho e de seus saberes e culturas, isto é, dos seus bens materiais e imateriais e dos seus modos de vida. Este sistema racializado, capitalista e patriarcal se constrói nesse processo do sistema mundo, pelo colonialismo das potências invasoras.

Para Lugones (2014),

A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, consequentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica (Lugones, 2014, p. 938).

Assim como o sistema patriarcal é reestruturado como parte do próprio desenvolvimento capitalista no seu processo histórico, o racismo tal como se expressa no mundo atualmente também se constrói pelo processo colonial de racialização de grupos sociais e, no caso do Brasil, enfatizamos a racialização do povo negro e livre sequestrado e traficado da África, e o genocídio, desapossamento e violência contra os povos originários. O que nos leva a reafirmar que a história da formação social brasileira revela a imbricação entre sistemas de dominação patriarcal, capitalista e racista, dados por nossa constituição como uma “colônia de exploração” (Prado Júnior, 1999) que teve na racialização de grupos sociais para fins de exploração – no caso, a população negra traficada do continente africano – um de seus pilares. Pela mediação da “racialização”, são estruturadas as relações de exploração no país (Ianni, 2004).

Portanto, quando nos referimos à relação entre capitalismo, patriarcado e racismo, não a tratamos em termos de uma triangulação, mas de uma relação dialética inerente ao processo de formação desse sistema: “não há de um lado dominação patriarcal, de outro, a exploração capitalista, não existindo, portanto, um processo de dominação separado de um outro de exploração” (Saffioti, 2004, p. 130), nem tampouco de um outro sistema apartado de dominação e exploração racial. Sobre esta questão

Hartman (s/d) faz uma crítica interessante e necessária às abordagens que tratam o patriarcado como a dimensão simbólica da dominação e o capitalismo como a dimensão material da exploração das mulheres. As feministas negras trazem a crítica às abordagens que tomam o racismo como um processo de dominação tão somente ideológica e/ou como uma questão puramente cultural (Werneck, 2005; Carneiro, 2003; Davis, 2016; Gonzalez, 1984). Entendemos que as formas de coexistência entre capitalismo, patriarcado e racismo devem ser consideradas na sua “consustancialidade” (Kergoat, 2002) e a partir de cada contexto social e histórico (Ferreira, 2020).

O colonialismo emerge em determinado período histórico, como a primeira grande empreitada do capitalismo para ampliar seus meios de acumulação, e tem na escravização de populações do continente africano um de seus mecanismos estruturantes, além da tomada dos territórios dos povos originários invadidos e em processo de expropriação violenta que não cessou até os dias de hoje, salientando também a organização e luta dos povos indígenas contra este colonizador original e no confronto com as forças que atentam contra seus territórios, seus modos de vida e contra suas próprias vidas. Segundo Quijano (2005), a “moderna ideia de raça” surge durante a colonização da América e constitui uma das mediações fundamentais para a imposição de um novo modo global de controle do trabalho. O racismo moderno baseia-se em um fato material concreto, que diz respeito à apropriação de indivíduos, do “açambarcamento de sua individualidade inteira” (Guillaumin, 2014) para o trabalho nas colônias das chamadas Américas. Para Quijano, “a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial” (Quijano, 2005, p. 118). Este novo padrão de poder mundial se impõe por meio de dois processos históricos: a construção ideológica da “raça” e a racialização das populações americanas e o controle e subordinação do trabalho, recursos e produtos das colônias ao mercado mundial.

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (Quijano, 2005, p. 118).

Para María Lugones – tratando da questão do poder colonial e capitalismo –, “a divisão do trabalho se fez completamente racializada assim como geograficamente diferenciada” (Lugones, 2008, p. 80). A conformação das relações raciais na contemporaneidade está diretamente mediada pela divisão do trabalho e com o que Angela Davis (2016) chama o “legado da escravidão”. Conforme afirma Davis, “o enorme espaço que o trabalho ocupa na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido desde o início da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos da sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório” (2016, p. 17). Entretanto, afirma a mesma autora,

os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de gênero, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres. A violação, de fato, era uma expressão demonstrada pelo domínio econômico dos donos de escravos e pelo controle do capataz sobre as mulheres negras como trabalhadoras (Davis, 2013, p. 17).

A reprodução desse sistema com suas contradições e antagonismos foi, em um processo de tradução ideológica, mistificado pelo conceito de desenvolvimento. A relação intrínseca entre capitalismo e desenvolvimento naturalizou uma visão sobre o sistema como algo que avança

progressivamente. O desenvolvimento nos leva a pensar em um processo contínuo no tempo, sem retrocessos, nem conflitos. E, no entanto, sabemos desde Marx que as crises são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, produto das suas contradições fundamentais, e que a produção de desigualdades é estruturante do seu modo de funcionamento e da sua sustentação.

Parecem-nos muito fecundas para a reflexão sobre desenvolvimento as questões trazidas por Cristiane Faustino da Silva (2011), e aqui reproduzimos um extrato do seu pensamento:

Desenvolvimento é uma prerrogativa do capital e da racionalidade moderna ocidentalista europeia, que é, ao mesmo tempo, racista e patriarcal. Não temos, a meu ver, como redimi-lo de seu cerne uniformizante, urbanizante, evolucionista, higienista. Não temos como libertá-lo de sua face ardilosa, que concebe a história em um caminho linear. Um caminho que vai sempre para cima e para frente, numa racionalidade marcada pela acumulação ou desprovimento de mercadorias, estas sempre entendidas como as coisas que trazem a felicidade e mediam as relações entre as pessoas e os grupos sociais (Silva, 2011, p. 115).

O feminismo faz a crítica ao sistema capitalista/patriarcal/racista e heteronormativo e a crítica à teoria crítica que não considerou as mulheres como sujeito histórico e assim desconsiderou também as relações sociais de sexo/gênero e suas imbricações com as de classe e de raça. Uma primeira trincheira de luta, mencionada anteriormente, trata da própria reformulação produzida pelo feminismo sobre o conceito de trabalho. Essa nova conceituação do trabalho como produtivo e reprodutivo, que levou à conceituação da divisão sexual do trabalho, ainda é um campo de luta no terreno da produção do saber. A sua formulação permite que na luta política o conceito de divisão sexual do trabalho seja utilizado como um suporte analítico crítico para referenciar as frentes de luta por igualdade e contra a exploração no campo do trabalho, que se dão frente

ao Estado, frente à sociedade e frente aos/às proprietários/as dos meios de produção, isto é, ao próprio capital, tornando a perspectiva do conflito mais radical.

Essa crítica feita através de uma prática dialógica se estende a todas as matrizes teóricas, mesmo que seja sempre possível para uma análise feminista resgatar uma maior aproximação, ou mesmo se situar dentro de uma ou outra corrente. Se “insurgir” através do diálogo crítico contra o corpus teórico dominante nas Ciências Sociais, em qualquer uma de suas correntes de pensamento, foi e continua sendo para o feminismo uma das grandes tarefas de sua práxis. As abordagens materialistas do feminismo podem ser tomadas como exemplo de um debate crítico entre teorias feministas e o materialismo histórico, as quais ao mesmo tempo em que recuperam dimensões importantes de seus fundamentos teóricos e metodológicos, constroem outra perspectiva epistemológica feminista materialista (Ávila; Ferreira, 2020).

É importante salientar que o movimento feminista local e mundial, nos últimos anos, tem resgatado com mais força o conceito de patriarcado em suas lutas como fundamental para sustentação política e teórica nos seus enfrentamentos aos sistemas de poder local e global. Essa utilização mais intensa, pelo movimento feminista, do conceito de patriarcado como referência política levará, certamente, a um maior investimento por parte dos estudos acadêmicos dentro e fora das universidades, sobre este conceito e suas imbricações com o racismo e a heteronormatividade.

O movimento negro, e em particular o feminismo negro, tem aportado uma crítica e uma ação política potente contra o racismo que não só conforma uma prática de luta como também teorias que ancoram e ampliam a teoria crítica no geral e em especial a teoria crítica feminista. Elaboraões feministas negras e de autoras/es decoloniais vêm aportando uma elaboração sobre as desigualdades no mundo do trabalho a partir do conceito de divisão racial do trabalho que radicaliza os antagonismos

e consequentemente exige formas de luta mais articuladas entre a luta contra o capitalismo, o racismo e o patriarcado (Davis, 2013; Lugones, 2008; Quijano, 2005). A luta e as visões críticas de mundo das mulheres indígenas têm trazido profundos desafios para a práxis do movimento feminista e suas perspectivas de transformação.

A teoria crítica feminista vai se forjando a partir de um diálogo crítico e conflitivo a partir de várias intersecções que vão dialeticamente desconstruindo, reconfigurando conceitos e categorias e criando novas perspectivas epistemológicas. Nesse sentido, é interessante a análise de Canavae (2009) sobre o diálogo entre Norte e Sul na construção da teoria e das práticas feministas.

Si bien los distintos aportes a la teoría feminista producida en Norteamérica y Europa (Francia, Italia, Inglaterra, principalmente) han migrado a Latinoamérica y el Caribe y han tenido influencia en el pensamiento y la acción colectiva de la región, estas influencias tuvieron que competir, en su momento, con las teorías y prácticas políticas de la izquierda latinoamericana, inspiradas en el marxismo (también eurocéntrico) y sus distintas corrientes y, ambas influencias, someterse a las adaptaciones (Appadurai, 2001) e interpretaciones, así como a los conflictos que estos contextos – entonces como hoy –, presentaban (Canavae, 2009, s/p.).

Ainda no campo dos diálogos entre feminismo e teorias críticas, podemos situar uma vasta e intensa elaboração no contexto latino-americano, conforme aponta Vargas (s/d):

En algunas de las nuevas conceptualizaciones que acompañan estos procesos, America Latina ha tenido y tiene un aporte fundamental, justamente por sus características pluriculturales y multi-identitarias, que generalmente se expresan, para amplias sectores de la población en mayores niveles de exclusión y silenciamiento: Colonialidad (...) Ecología de saberes (...) Interculturalidad Interseccionalidad (...) El cuerpo como territorio político (...) El valor ético del cuidado (...)

Muchas de estas dimensiones han sido levantadas por los movimientos feministas en America Latina, por la misma diversidad, pluriculturalidad y complejidad de la región, generando diversas articulaciones en espacios y/o temáticas novedosas y de significancia política (Vargas, s/d: s/p).

A produção do conhecimento é uma dimensão central na práxis feminista e, poderíamos dizer, é realizada em relação dialética com a militância política sendo, ela própria, parte dessa ação de disputa de contra-hegemonia na produção do saber. A produção do conhecimento é realizada, portanto, como uma prática coletiva de resistência e subversão e com um sentido emancipatório. Ela é própria da constituição do feminismo como um movimento de autoemancipação das mulheres e de sua construção histórica, processo no qual “as oprimidas não somente lutam contra a opressão, como também a definem” (Delphy, 2004).

Conforme bem analisa Valdivieso (2013),

parece oportuno nestes tempos tão exigentes olhar o que acumulamos para reconhecer as conquistas e as dificuldades para os avanços e revisar as experiências compartilhadas, de forma que possamos nos ocupar dos desafios propositivos que nos apresentam as complexidades “reveladas” do nosso continente, frente às quais os feminismos como alternativas ético-políticas têm muito para contribuir (Valdivieso, 2013, p. 09).

Um diálogo crítico também acontece no interior da práxis feminista, através do qual a produção feminista de conhecimento é posta sempre em questão pelos próprios sujeitos feministas em sua pluralidade, em um movimento dialético permanente. Feministas negras trouxeram a crítica a um pensamento hegemônico no feminismo calcado na experiência das mulheres ocidentais e brancas; feministas dos países do Sul trouxeram a crítica ao pensamento eurocêntrico do feminismo que não responde às experiências das mulheres e dos movimentos feministas nesses países; assim como as feministas lésbicas trouxeram a crítica aos padrões heterossexistas que marcaram a origem da reflexão e da prática feminista

contemporânea. As mulheres do campo, com seu processo de auto-organização, fazem a crítica de uma perspectiva hegemônica situada no contexto urbano. As mulheres indígenas da região trazem uma crítica ao modo ocidental produtivista imposto no processo de colonização – e que segue hegemonizando as formas de organização social – e aportam suas cosmovisões baseadas em novas formas de organização da vida em comum e da relação entre humanidade e natureza. É um processo permanente e contraditório no qual novos sujeitos se afirmam e questionam as bases do pensamento e das práticas do próprio movimento, transformando-o e expandindo suas fronteiras políticas e teóricas.

Nesse sentido, Canavae (2009) aponta que vem se conformando:

una compleja genealogía del feminismo que se reconstruye a medida que emergen conflictos entre distintas posturas teóricas, éticas y políticas frente al idealizado proyecto común de ‘liberación de las mujeres’, asunto que también obedece a contextos específicos, locales, regionales o globales (Canavae, 2009, s/p).

Luta por direitos, resistência e transformação na práxis feminista

Um dos grandes desafios teóricos e políticos do feminismo é pensar criticamente a relação entre luta por direitos sociais, culturais, ambientais, civis e humanos e o processo de transformação social a partir dessa etapa histórica em curso e do contexto social no qual estamos inseridas. Na América Latina e no Brasil, a luta por esses direitos tem sido abrangente em termos de toda a diversidade dos movimentos sociais e tem levado a dimensões diferenciadas de radicalidade e perspectivas de lutas e de pensamentos transformadores. Uma exigência é pensar a partir dos seus impactos no tempo curto e sua potencialidade no tempo longo. Para identificar, por um lado, a relação entre rupturas e transformação que esta

luta tem produzido, inclusive aumentando o grau de enfrentamento das contradições e, por outro, a relação entre ganhos aparentes e reinserção ou inserção seletiva na ordem estabelecida, sem trazer acumulação em termos de correlação de forças, tanto no sentido de avançar em processos de consciência crítica no tecido social, como para fortalecer a luta contra-hegemônica, como também de organização política de resistência e confronto.

A luta por direitos nos exige uma reflexão crítica sobre a relação entre igualdade e capitalismo, patriarcado e racismo, à medida que este sistema imbricado nestas três dimensões se reproduz pela desigualdade, se tornando totalmente impossível do ponto de vista teórico, político e histórico conceber a igualdade como horizonte possível dentro desse sistema. Por isso, a importância de apreender este movimento dialético entre luta por direitos, a vivência concreta dos mesmos e os processos de radicalização e acumulação de forças na luta antissistêmica.

O movimento feminista no qual nos referenciamos para esta análise tem associado a luta por direitos a um nítido posicionamento definido com anti patriarcal, anti capitalista, anti racista, anti homolesbofóbico, o que pode ser sintetizado como um movimento contra o sistema. Mesmo que existam correntes diferenciadas e dentro delas lutas específicas, a expressão desse “anti” representa um confronto, um antagonismo, marcando um posicionamento que produz uma confluência estratégica em um campo plural desse movimento. As organizações e lutas do movimento feminista que se expressam desde os espaços locais até a esfera mundial têm trazido cada vez mais essa perspectiva. Não desconhecendo que há outras correntes de pensamento e ação no feminismo, mas partindo de uma visão situada, são os movimentos que estão nessa perspectiva configurada pelo “anti” que inspiram nossa análise.

Essa potencialidade da radicalidade da luta por direitos deve também ser analisada a partir de seu confronto situado neste contexto do

neoliberalismo, como expressão atual desse sistema capitalista, patriarcal e racista, no qual, como podemos observar, crescem as tensões causadas pela incompatibilidade, cada vez maior, entre o grau de acumulação de riqueza e a democracia, mesmo na sua expressão mais elementar e historicamente hegemônica, que é a democracia liberal. Mesmo se tratando de uma questão global, adquire características e correlações de forças próprias nos países do sul, a partir de seu contexto de relações Norte e Sul, de poder de dominação. Uma questão relevante e fundamental é que o processo de intensificação de acumulação capitalista opera de forma incontornavelmente imbricada à dominação patriarcal e racista, elevando também o grau de exploração e violência contra os grupos racializados, no caso do Brasil, das mulheres e do povo negro, inclusive intensificado a carga de trabalho reprodutivo e a precarização do trabalho produtivo, e o desapossamento de territórios e ameaças à vida dos povos originais.

Há sempre uma tensão interna ao movimento feminista que surge dos conflitos oriundos de suas próprias contradições, de concepções teóricas e políticas plurais, de prioridades e estratégias particulares e fundamentalmente da própria desigualdade que existe entre as mulheres, e que se refletem na organização e no processo permanente de construção do movimento, que implica não só a ampliação plural dos pertencimentos e das confluências, mas também das redes de solidariedade entre as mulheres. Os conflitos devem ser justamente enfrentados como parte da sua práxis voltada para a transformação das relações de gênero, de classe, de raça e da ordem heteronormativa. Segundo Bellacasa e Bracke (2013), “a abertura aos novos posicionamentos e às possíveis solidariedades interseccionais entre mulheres não é, qualquer coisa dada; é um esforço político” (Bellacasa; Bracke, 2013, p. 57).

Esse posicionamento “anti” sistêmico associado a uma estratégia de luta por direitos, generalizada no Brasil e na América Latina, e para além dessa região, nos remete à necessidade de refletir sobre implicações dessa práxis para a relação entre reforma e revolução ou reforma e transformação

social, ou ainda sobre estratégias políticas e etapa de organização e de luta. Os direitos sociais, econômicos, culturais e civis, ao serem reivindicados em lutas anunciadas como antissistêmicas, constituem um meio de reconfigurar a relação entre igualdade e liberdade em contraposição a uma visão liberal. Nesse contexto, devir e rupturas são um desafio da práxis feminista, inclusive na sua ação frente ao Estado na defesa de políticas públicas que assegurem a vivência real de direitos.

Na práxis contemporânea feminista se expressa uma tensão entre luta por direitos, resistência, melhoria nas condições de vida das mulheres e transformação social. Um feminismo de perspectiva crítica está sempre em antagonismo com esse sistema. A luta por direitos, nessa perspectiva, coloca como questão tanto a vivência cotidiana desses direitos como a criação de novos direitos, mas sempre em uma relação dialética com o processo de transformação. Nessa perspectiva, a conquista de direitos cria condições de possibilidade de uma melhoria das condições de vida no presente e pode também levar ao acirramento das contradições.

No atual momento de crise e de respostas restauracionistas do padrão de acumulação, que passam pelo acirramento da exploração-dominação capitalista, patriarcal e racista e pela ofensiva contra a democracia e toda forma de regulamentação e direitos, a luta por sua garantia assume necessariamente um caráter antissistêmico. E esse caráter antissistêmico se fortalece e acentua na medida em que estas lutas confrontam as estruturas e desigualdades produzidas por esse sistema.

Consideramos que em uma práxis feminista voltada para a transformação social, a igualdade não pode ser um pressuposto formal, liberal, mas uma perspectiva de luta e transformação estrutural do sistema capitalista, patriarcal, racista e homofóbico como dimensões “coextensivas e consubstanciais” (Kergoat, 2010). A luta por direitos, refletida na demanda por políticas públicas, por leis de promoção da igualdade, no trabalho, na política etc., é uma luta por cidadania que busca alterar concretamente as

condições de vida das mulheres sem, no entanto, do nosso ponto de vista, significar uma “crença” nas possibilidades da emancipação das mulheres nesse sistema. É um processo contraditório de luta que visa conquistas para garantir o bem-estar com igualdade para as mulheres e avançar em termos de proposições e confrontos e, assim, acirrar as contradições. No contexto atual, a luta por direitos sociais, econômicos, culturais, civis e ambientais representa uma resistência contra a perspectiva neoliberal que ainda se impôs, na recente experiência histórica, mesmo sob governos que se definem como progressistas ou do campo da esquerda, como no caso da América Latina, apesar dos possíveis esforços desses governos no sentido de encontrar novos caminhos, muitos dos quais sujeitos a golpes jurídico-parlamentares, levando a um recrudescimento da dimensão neoliberal fortemente associada a uma perspectiva conservadora e autoritária. A luta feminista por direitos, na região e no Brasil em particular, tanto defende a democracia como expande sua própria concepção ao reivindicar o avanço da democracia política necessariamente associado à democratização da vida social.

Essa resistência é uma busca para alterar concretamente a situação de vida das mulheres considerando o curto e o longo prazos e que pode ser pensada também como uma luta para romper a distância entre conquista e vivência de direitos. As bandeiras de luta dos movimentos por direitos são plurais e respondem aos diversos contextos e suas problemáticas mais candentes. A luta por direitos em um movimento que se coloca como de transformação social e antagônico à ordem dominante traz uma radicalidade para o sentido da luta que ainda não está suficientemente refletida como práxis política, e essa não é uma questão exclusivamente para o movimento feminista, mas para grande parte dos movimentos sociais. Como afirma Bensaid (2008, p. 31), “entre a luta social e a luta política não há uma muralha da China nem separação absoluta. A política surge e inventa-se no social, nas resistências à opressão, no enunciado de novos direitos que transformam as vítimas em sujeitos ativos”.

A afirmação permanente de um movimento social como sujeito político, e nesse caso do movimento feminista, constitui em si um campo de luta, resistência e contra-hegemonia, em um contexto no qual a ideologia neoliberal lançou desde a sua emergência, e como parte dela, uma campanha permanente de destituição do sentido da organização e da luta política, contando para isso com a imensa capacidade de alcance dos meios de comunicação privados, que atuam em grandes redes, e ainda apoiada em ideologias que não cansaram de afirmar a morte do sujeito e o fim da história. Portanto, ao se afirmar como sujeito da história e do devir, o movimento feminista opera um duplo movimento: resiste contra essa ideologia e se afirma como um sujeito da transformação em um universo mais amplo de movimentos e organizações políticas.

Ser “anti” é uma definição política, filosófica, existencial. Uma forma de se situar no mundo a partir da negação de estar em conformidade com a ordem estabelecida, de se colocar como crítica, que significa ter uma consciência crítica, que traz a inconformidade, a ser não aderente e estar na resistência ao sistema. É na passagem do sujeito individual para o sujeito coletivo (Kergoat, 2018) que essa consciência ganha um sentido político na relação entre uma revolta interna, subjetiva e a integração na ação coletiva que transforma esta revolta em ação para a transformação social.

Analisar as práticas e as questões políticas do movimento feminista em seu percurso de organização e luta significa antes de tudo situar este movimento nos contextos históricos e seu processo contraditório que se expressa na sua práxis do tempo presente. Para apreender os legados e os problemas que o foram construindo na sua pluralidade, nas suas conexões e dispersões, no enfrentamento de seus conflitos internos e nos processos de resistências e confrontos com os adversários que dominam os mecanismos de poder da dominação, exploração e desapossamento.

Qual a forma histórica que o feminismo como movimento social

apresenta hoje? Esta é uma questão fundamental, porque o feminismo é processo de pensamento e ação e vai se transformando, como todo movimento, no tempo. A forma histórica mostra uma multiplicidade de perspectivas e, por outro lado, uma tendência crescente de afirmação confluyente de um posicionamento antissistêmico, e aqui estamos falando a partir da nossa visão situada como integrantes do movimento feminista na América Latina. Não se trata aqui de analisar todas as formas de expressão desse anti, nem tampouco as suas gradações, mas problematizar a necessidade de uma análise materialista da implicação de ser anti e, também, das exigências políticas teóricas que esse posicionamento traz em se anunciar.

Pensar algumas questões da formação capitalista, como patriarcal e racista, no geral, e da formação social brasileira, em particular, nos propicia referências para uma apreensão mais concreta desses movimentos contraditórios e seus processos de constituição, como também a dimensão colonial que nos constitui como país colonizado e a colonização como dimensão fundante do capitalismo, patriarcal e racista.

O sistema não é fechado: está em movimento, o qual é movido pelas relações de poder. A complexidade da realidade social está no seu próprio movimento dado pelas tensões provocadas pelos antagonismos e contradições das relações sociais. Uma análise materialista não nos leva só para uma análise das estruturas, como ressalta as críticas a este pensamento (Jackson, 2019), mas também às relações sociais, e sua materialização nas práticas sociais nas quais estão inseridos e atuando os sujeitos corporificados em suas vivências cotidianas.

A organização feminista, em suas lutas de resistência e transformação, articula como método de sua práxis a ação na esfera política de mobilização, participação e confronto, reivindicando direitos, a um trabalho permanente de melhoria da vida no cotidiano, seja através de ações articuladas de solidariedade quando e sempre que se fizerem necessárias,

como também na construção de experiências comuns que apontem novas formas de organizar a produção e reprodução “do viver”, que produzam aprendizados e conhecimentos feministas que forjem referências para abrir veredas e proposições transformadoras da realidade social, para superar estruturas de exploração, apropriação e do desapossamento lá onde elas se imbricam e consubstancialmente se formam como relações sociais de gênero de classe e de raça.

Duas dimensões trazidas fortemente pelo movimento feminista contemporaneamente aportam para a ampliação e radicalização das lutas antissistêmicas no seu conjunto: a reprodução social como campo de desigualdades, antagonismos, lutas, transformação e construção de novos paradigmas; e, no campo das lutas por justiça socioambiental, a relação corpo e território. Ao colocar em relação à luta por direitos a um posicionamento político antissistêmico, afirmamos a incompatibilidade da realização da igualdade, liberdade e autodeterminação das mulheres nesta ordem social dominante. Isto significa colocar a luta por direitos em uma perspectiva radical e, necessariamente, questionar a perspectiva liberal, desvelando sua funcionalidade e promessas de igualdade como uma proposição formal jamais implementada como realidade concreta na vida das mulheres e outros grupos sociais sujeitos à desigualdade.

Construir lutas por direitos em perspectiva antissistêmica implica consequências programáticas que apontem rupturas e coloquem em questão o polo dominante e antagonista, incorporem uma disputa efetiva sobre o modelo de Estado e construção do confronto no seu interior e para além dele. Esta relação dialética entre prática e pensamento do movimento feminista nos exige uma visão materialista como meio de interpretação da realidade social, que atravesse as aparências, que interpele as estruturas e tome como base o movimento concreto do real.

A cada etapa da história desse sistema capitalista, racista e patriarcal, os grupos dominantes, aqueles que detêm o poder, político, econômico,

social e cultural, investem na produção de teorias e formações ideológicas que justifiquem as relações sociais de exploração, dominação, apropriação e expropriação. As inovações e reestruturações teóricas desse campo hegemônico são processos intensos e permanentes, no entanto não fogem dessas finalidades de normalização e naturalização da ordem social vigente. Uma linha de naturalização e de justificativa se apoia na biologização do social, que leva a uma visão organicista das estruturas da vida social, a qual está calcada em muitas teorias produzidas recentemente. Esta naturalização da vida social é também uma estratégia fundamental para a produção permanente de violência, contra as mulheres, a população LGBTQIA+, a população negra, a classe trabalhadora, os povos originários e na destruição dos seus territórios.

São sujeitos coletivos em lutas antissistêmicas, de resistências e emancipatórias, que estabelecem o antagonismo, ou o tornam visível nessa relação de confronto, com os sujeitos detentores do poder que mantêm a ordem dominante, através dos aparelhos ideológicos, repressivos e outros. São os sujeitos coletivos críticos, rebelados ou confrontativos que fazem as lutas contra-hegemônicas nos vários campos da vida política e social, a partir de diversas formas e estratégias e compondo uma grande pluralidade de sujeitos coletivos. Esses sujeitos desestabilizam também os paradigmas considerados científicos, rompendo pressupostos das teorias sociais dominantes, e propondo novas questões. Sirma Birge (2016), ancorada no conceito de práxis, ressalta que “... são os movimentos que provocam os momentos teóricos” e, citando Stuart Hall, acrescenta: “... as conjunturas históricas reivindicam teorias” (Birge, 2016, p. 81). Segundo Wittig, “a consciência da opressão não é somente uma reação (uma luta) contra a opressão. É uma total reavaliação conceitual do mundo social” (Wittig, 2018, p. 63).

Isso nos leva a ressaltar a proposição de que um movimento político é sempre uma práxis. Que significa um trabalho constante da palavra e da ação. Uma declaração política pode exigir ou trazer uma nova tensão

criativa entre pensamento e ação, isto é, um movimento dialético no interior da práxis que pode levar a um novo patamar da sua radicalização. É a partir da prática política que as redefinições teóricas críticas vão sendo necessárias e produzidas. O movimento feminista, como qualquer outro movimento portador de um projeto de transformação social, requer teorias que interpretem criticamente a realidade social e que deem sustentação às suas lutas e referências para definição das estratégias de ação. Segundo Françoise Collin (1992), a teoria como um pensamento pensado deve ser sempre interpelada. Esse movimento no interior da práxis política implica também o movimento de construção do sujeito individual e coletivo, no qual a dimensão da negatividade é central como caminho de formação da consciência crítica dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia. Nas Veredas do Feminismo Materialista. In: ÁVILA, Maria Betânia e FERREIRA, Verônica. Teorias em Movimento: Reflexões Feministas na Articulação Feminista MARCOSUR. Recife: SOS Corpo, 2018. p. 177-242.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Feminismo e Marxismo: uma relação dialética. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico (Org.) Os desafios do feminismo marxista na atualidade. Chapecó: Marxismo21, 2020.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. A produção do conhecimento na práxis criativa do feminismo: Aportes a partir de uma perspectiva materialista, situada e emancipatória. In: CAROSIO, Alba et al. (Org.). Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, 2017, v. 1, p. 145-158.

BELLACASA, Maria Puig de la; BRACKE, Sarah. Le féminisme du positionnement. Héritages et perspectives contemporaines. In: Cahiers du Genre (Paris) n. 54/2013, L'Harmattan.

BENSAID, Daniel. Os Irredutíveis: os teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.

BIRGE, Sirma. Playdoyer pour une intersectionnalité critique non blanchie. In: FASSA, Farinaz; LÉPINARD, Éléonore; ESCODA, Marta Roca (Org.). Intersectionnalité: enjeux théoriques et politiques. Paris: La Dispute, 2016, p. 75-101.

CANAVAE, Doris Lamus. Localización geohistórica de los feminismos latino-americanos. Colômbia, mimeo, 2009.

CARNEIRO, Suely. Mulheres em Movimento; in Revista Estudos Avançados, 17 (49), 2003, p. 117-132.

CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana: Un asunto de Mujeres? In: Mientras Tanto (Barcelona) n. 81. Otoño-inverno, 2001, p. 43-105.

COLLIN, Françoise. La démocratie est-elle démocratique? In: La Sociétés des Femmes, Les cahiers du Grif, Bruxelles, Editions Complexe, 1992.

DAVIS, Angela. Mulher, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. L'ennemi principal 1. Economie politique du patriarcat. Paris: Syllepse, 2004.

FERREIRA, Verônica. Apropriação do tempo e trabalho remunerado das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências. Recife: EDUFEPE, 2020.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira, in Revisa Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244

GUILLAUMIN, Colette. Práctica del poder e idea de Naturaleza. CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules (Org.). In: El Patriarcado al Desnudo Tres Feministas Materialistas. Colombia, Edición Brecha Lésbica,

2012. Disponível em: <http://brechalesbica.wordpress.com/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

HARTMAN, Heidi. O infeliz casamento do marxismo e feminismo: em busca de uma mais progressiva união. Recife: SOS CORPO, mimeo (19--).

HARVEY, David. Para entender O Capital. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

IANNI, Octavio. Estado e Capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

JACKSON, Stevi. Pourquoi un féminisme matérialiste est (encore) possible – et Nécessaire. In: Nouvelle Questions Féministes. 2009/3, v. 28, p. 16-33. DOI 10.3917/nqf.283.0016.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, CEBRAP, n. 86, mar. 2010.

KERGOAT, Danièle. Percurso pessoal e problemática da divisão social e sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena. Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 236-247.

KERGOAT, Danièle. Lutar, Dizem Elas... Recife: Edições SOS Corpo, 2018.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. In: Estudos Feministas, 22(3); 935-952, setembro-dezembro, 2014.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. In: Revista Civilização Brasileira (Rio de Janeiro), Civilização Brasileira, a. 3, n. 14, jul. 1967. p. 5-41.

PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Cristiane Faustino da. Desenvolvimento, desigualdades sociais e antidesenvolvimento. In: Cadernos de Crítica Feminista (Recife), Ano V, n. 4, dez. 2011. Recife: Edições SOS Corpo, 2011.

VALDIVIESO, Magdalena. Aportes e incidência dos feminismos no debate sobre cidadania e democracia na América Latina. In: Cadernos de Crítica Feminista, Ano VII, n. 6, dez. 2013. Recife: Edições SOS Corpo, 2013.

VARGAS, Gina. Los feminismos en los nuevos contextos que trae la crisis civilizatória. Mimeo, s/d.

WALBY, Sylvia. Theorizing Patriarchy. Oxford: Blackwell, 1997.

WERNECK, Jurema. De lalodês y Feministas: Reflexiones sobre la acción política de las mujeres negras en América Latina y El Caribe. In: Feminismos Dissidentes en América Latina y El Caribe. Edición especial em castellano. Volume 24. No. 2, Paris: Nouvelle Questions Féministes, 2005, p. 27-40.

WITTING, Monique. La pensée straight. Paris: Éditions Amsterdam, 2018.



Reflexões feministas sobre a organização política das mulheres e a luta por direitos. Ações, resistências, impasses e desafios da democracia²

Mércia Alves

Um tema que está na ordem do dia no Brasil e na América Latina é a questão democrática em palavras e sentidos. O termo democracia está na boca de todo mundo, da direita, da esquerda, das pessoas que desacreditaram da política e isso gera inúmeras interpretações. Quando o tema vem para roda, não é que seja externo à nossa vida, algumas pessoas começaram a falar, depois do golpe de 2016, que a democracia estava em colapso e ameaçada, que a democracia passava por um processo de desinstitucionalização. E certamente essa realidade tem expressões similares em outros países da América Latina. Por isso, pensar sobre a democracia significa pensarmos não só pelo contexto eleitoral, e claro que esse também nos diz muito, principalmente por conta da onda conservadora que assolou nosso país, mas também é uma onda conservadora que vem tomando conta do mundo e estrategicamente promovendo ataques à institucionalidade.

² Texto originalmente apresentado na Roda de Diálogo “Reflexões feministas sobre a organização política das mulheres e a luta por direitos – ações, resistências, impasses e desafios da democracia”, como parte da programação do curso nacional “Espiral feminista: feminismo, democracia e desafios do contexto atual”, realizado pelo SOS Corpo entre os dias 31 de agosto e 3 de setembro de 2022, no Hotel Kastel Manibu, Recife, PE. O conteúdo passou por alguns ajustes para publicação.

O cotidiano é a marca da história e da memória. A nossa vivência na luta democrática, empurrando para que as pretensas igualdade e liberdade de fato sejam efetivas, não é de agora. E essas são algumas pílulas que trazemos aqui como aproximações e inquietações neste debate sobre a democracia, como processo histórico, e que revela desigualdades e resistências por nós mulheres.

Além do coração pulsante, quando a gente fala ou escreve, os pensamentos ganham vida e se propagam na força do vento e isso é uma grande responsabilidade. Foi e é no exercício da política, do movimento feminista, do movimento estudantil, de direitos humanos, de luta urbana que me fortaleço para me colocar como sujeito político no mundo. E tomamos consciência do mundo como parte do processo histórico, e não tomamos consciência por um estalo. É produto da luta política do antes e do agora.

É a nossa vida social e o nosso cotidiano que fazem com que a gente tenha momentos de revoltas e insurgências por um déficit histórico nas nossas vidas. Por questão de classe, por uma questão racial, que eu só tomei conta disso um pouco depois, me identificando como uma mulher negra de pele clara e isso resgata uma ancestralidade perdida. O racismo é tão perverso para nossas vidas que resulta no apagamento dessa história. Queria agradecer ao movimento de mulheres negras e ao movimento feminista por terem dado essa oportunidade e de uma luta que atravessa gerações.

Tem uma fala da Angela Davis que me inspirou: “você tem que agir como se fosse possível transformar radicalmente o mundo, e você tem que fazer isso o tempo todo e a todo instante”. E o nosso cotidiano é a experiência da resistência, da desesperança, do cansaço, mas a luta é uma escolha e isso é muito simbólico na luta das mulheres para alargar a democracia. Seja com o direito a estudar, a trabalhar dignamente, a votar, dentre outras reivindicações que atravessam a história da luta das

mulheres no enfrentamento ao cisheteropatriarcado.

Queria trazer alguns elementos para pensarmos juntas e refletirmos a partir do feminismo como uma corrente teórico-política sobre a democracia. Falamos sobre isso em várias dimensões, na grandiosidade e nesse caleidoscópio que é tratar a democracia a partir do nosso lugar no mundo. Isso traz muitas janelas e diversos elementos, sobretudo porque a gente vê o distanciamento entre sentido e prática, o que está expresso nas desigualdades sociais e na sub-representação das mulheres e na interseccionalidade das opressões – de classe, raça, sexo/gênero – na política. Democracia enche barriga? (Como nos trouxe Schuma Schumacher, como extrato de uma das falas das mulheres numa atividade educativa da Redeh). Como é isso nas nossas vidas? Como podemos recheiar a democracia já que foi algo construído externamente a nós mulheres e como consolidação da lógica patriarcal-racista que separa o público e o privado?

Em *A liberdade é uma luta constante* (2015), Angela Davis traz uma reflexão muito importante a partir da luta pelo desencarceramento e pelo reconhecimento das mulheres trans enquanto sujeito político mulheres. Ela traz um aporte que dialoga muito com outras correntes do feminismo crítico, que se colocam como feminismo numa perspectiva crítica e da transformação. E, com isso, questiona o capitalismo, o racismo, o patriarcado e a colonialidade. Davis sugere que o feminismo, enquanto método de pensamento e ação, une coisas que estão separadas e desagrega coisas que parecem naturalmente estar juntas. É sobretudo isso que o feminismo traz, a partir da sua luta política, que envolve consciência de si e para si – essa é uma velha reflexão do campo da crítica marxista –, pois é a consciência de si que permite a organização política. Só damos conta dessa consciência olhando as relações sociais em uma sociedade determinada, capitalista, fazendo crítica a essa sociedade burguesa que se reconfigura e configura no tempo. Essas questões são sobre a organização da sociedade, mas são também sobre pensar nessa

democracia e na sua forma de organização que tem suas particularidades pela geografia política dos países e dos sujeitos que estão situados e situadas territorialmente.

A configuração do sistema político e sua forma cotidiana, tanto na institucionalidade como na informalidade organizativa, revelam o distanciamento de nós mulheres dessa experiência democrática. Refletir sobre a democracia é fazer as conexões dos pensamentos que se estruturam ao longo do tempo e reconfigurar as dimensões das relações de poder deste sistema de dominação em curso. E gostaria de lembrar que esta não é uma batalha de agora, trazendo a insígnia do feminismo “por mais democracia no mundo e em nossas vidas”, que abarca as dimensões simbólica e material dessa luta concreta e se dá pela reivindicação de um projeto político. O que isso quer dizer? Uma vez que temos o sistema do capital e seu poder político que se estrutura por uma institucionalidade figurada no Estado e esse Estado tem uma institucionalidade altamente burocratizada e patriarcal, essa é forma social que cria organizações políticas, partidos, movimentos, sindicatos. Essa forma de fazer política também tem na sua dinâmica uma democracia em si, uma democracia que espelha e revela todas as desigualdades dessas relações sociais.

Isso se materializa em números que revelam que a maioria das lideranças dos movimentos sociais e das organizações comunitárias presentes nas reivindicações por creche, trabalho e renda, por saúde e acesso à medicamentos são mulheres. E, no entanto, na estrutura organizativa destas formas organizativas, assumem ou são colocadas em lugares que reproduzem o tradicional papel social de gênero a elas atribuído, reproduzindo da esfera privada para esfera pública tarefas como cuidar e manter o espaço físico, o controle das finanças, o registro das atas, etc. A fala pública reproduz, em atos, reuniões de pactuação das reivindicações, o lugar do falo, cis, masculino e da branquitude como ética e estética na reprodução das relações de poder. Não pode ser

naturalizado, portanto, o fato de um congresso nacional ter uma sub-representação de mulheres, da população negra, dos povos tradicionais e originários e da população LGBTQIA+. Tampouco pode ser naturalizado o crescimento de candidaturas da extrema direita que promovem ataques à agenda feminista por meio das casas legislativas³.

Para entender por meio da análise interseccional a relação entre classe, raça, gênero e vivência afetivo-sexual, que está imbricada com as relações de poder, que é interna e externa à vida democrática, é importante observar as interdições no exercício do poder para mulheres, sobretudo as pobres e negras e de vivência afetivo-sexual dissonante ao cispatriarcado. É fundamental adensar ao debate democrático as dimensões das desigualdades e diferenças na vivência democrática que são colocadas em vários espaços (mercado de trabalho, educação, moradia, organizações partidárias e sociais, dentre outros), onde a luta constante é pela democratização e acesso a tais espaços. E quando destaco a dimensão interna me refiro às nossas relações e aos nossos coletivos e movimentos, que têm uma maneira de ser e de se organizar que, a partir do feminismo, espera-se que seja horizontal, com uma forma de exercício do poder circular e com trocas geracionais. Então, isso é o chamado dever ser e sabemos que é uma luta constante entre nós.

É também através dessas desigualdades – reveladas por meio da democracia na sua totalidade, no nosso cotidiano –, que podemos pensar em desnaturalizar outras questões: o chamado lugar e papéis sociais de gênero; o mundo da casa e o mundo da rua; o público e o privado; as ideias fora de lugar e o lugar fora das ideias. Ou seja, quando questionamos essas desigualdades, nesses pares contraditórios, revelamos para o mundo essas desigualdades que estão no mundo do trabalho, que estão na sub-representação política de mulheres, negros e negras, população LGBTQIA+, povos originários, povos indígenas, dentre outros grupos

³ Para analisar o quadro atual do congresso, ver: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/05/como-fica-a-representacao-feminina-no-congresso-nacional-a-partir-de-2023>. Acesso em: 20 fev. 2023.

sociais que viveram historicamente alijados do processo político. Na correlação de forças, é uma arena de confronto de forças políticas que nos tiram desse lugar da disputa política, um lugar de privilégio e poder. Não dá para a gente discutir democracia sem discutir como esse poder está democratizado e com ele pode vir a ser.

É uma luta política que atravessa gerações questionando essa ética liberal burguesa que fortalece e privilegia determinado grupo racial e social. Racial porque é um poder construído socialmente como parte do sistema dominação-colonial e está encarnado na figura de homens brancos-cis com poder econômico. Nesse sentido é preciso nomear o antagonista. E é sobre essa dimensão que temos o imperativo de discutir a representação, seja direta ou indireta. Porque a representação está em questão e fomos nós quem a colocamos em questão. São as mulheres trabalhadoras, populares, negras, LBTs, indígenas que se insurgem contra esse sistema encastelado de representação social e criam estratégias coletivas de disputas do poder.

Essa insurgência se coloca no mundo para desnaturalizar esse instituído, o que está posto, o que foi colocado para nós como natural. Angela Davis nos traz que é a partir do feminismo que desnaturalizamos esses elementos. Essa visão crítica, também trazida por feministas materialistas antirracistas, aporta que, ao retirar o véu, revelam-se corpos políticos que dizem não ao adestramento, dizem não à subordinação das mulheres. Já que a todo momento eles nos dizem não – dizem não à nossa estética, ao empoderamento do nosso cabelo, aos nossos corpos políticos que se colocam ativamente no mundo –, buscamos formas de dizer não a esse sistema que se fortalece pela individualização. A política está associada a um projeto político que a carrega. E está marcada pela individualização, por uma moralização castradora das nossas vivências sexuais, das nossas sexualidades e das nossas religiosidades. Elas são cotidianamente atacadas por esse padrão cisheteronormativo e também por uma colonialidade de um poder

cristão que faz parte do mito fundador, nos termos de Marilena Chauí (2001).

A nossa organização da vida democrática tem virada importante no século XVIII, quando se colocou que o Estado precisava ser laico, isto é, separado da igreja. A teologia política foi sendo questionada para construirmos uma esfera pública alargada e isso se deu por lutas políticas que questionavam os próprios sistemas capitalistas – foram as grandes revoluções do século XX na Rússia, em Cuba e em outros. Isso alarga também a luta política, os direitos no contexto do capitalismo periférico e no sul global onde as lutas por direitos têm uma particularidade como no caso do Brasil, onde o direito ao voto (1932) reivindicado pelas mulheres se associa aos direitos sociais, educação, trabalho, numa relação dialética e não estanque nem linear na luta por direitos.

Hoje, vivenciamos o crescimento do conservadorismo, que traz muitos impasses contemporâneos no campo da luta democrática, a isso chamo de regressão, recuo e uma marcha à ré na história, pois quando pensávamos que situações como governos teocráticos já estavam superadas, voltam para a ordem do dia. “Deus acima de tudo” é uma insígnia conservadora protofascista que está se espalhando na sociedade, inclusive para tomar o lugar de poder no Executivo, Legislativo, no Judiciário, mas também essa disputa se dá na nossa organização política. As últimas eleições dos conselhos de classe vêm sendo tomadas pela força conservadora fundamentalista de direita, que está em várias profissões como enfermagem, psicologia, serviço social, assim como em outras formas de organizações políticas, como nos sindicatos. Precisamos pensar sobre isso porque é a consolidação de uma pauta antifeminista que reproduz a lógica do poder a partir do falo, a lógica a partir dos homens.

Na série O conto da Aia, baseada no livro de Margaret Atwood (1985), é retratada uma sociedade distópica controlada por homens que

sequestram o poder das mulheres sobre sua autonomia reprodutiva e na qual elas são violentadas sexualmente, incluindo estupros corretivos às mulheres lésbicas. Essa sociedade distópica está nos nossos dias, está nas comunidades, está nos grupos que disputam cotidianamente, como a igreja neopentecostal, o corpo político das mulheres, em termos materiais e simbólicos. E isso tem se proliferado no nosso cotidiano pela política, ações legislativas, literatura, mídia, com ataques à luta por direitos em limites do inimaginável. Destacamos a assinatura da Declaração de Genebra contra os direitos das mulheres à autonomia reprodutiva, firmada por 26 países, em 2020, que também inclui o enfrentamento à ideologia de gênero nas escolas pelo movimento da extrema direita “Escola sem partido”.

Essa onda conservadora em curso é um fenômeno mundial e representa um sequestro dos nossos modos de vida, simboliza os desapossamentos territoriais dos bens comuns, o novo imperialismo, nos termos de David Harvey (2003). Mas também é sequestro de saberes, saberes ancestrais, do poder medicinal etc. Isso está se configurando hoje nessa rota que revela processos de hegemonia numa lógica neoliberal, onde a economia é o imperativo ético para todas as coisas, para o consumo, para a individualidade, apropriação dos bens comuns, o que revela a fragilidade das democracias liberais e a desestruturação dessa institucionalidade frente os interesses do mercado.

Não podemos dizer que vivemos uma social-democracia na América Latina, não houve uma transposição da Europa para cá. Isso revela a debilidade das democracias liberais e um regime de direitos que se esgarçou na crise econômica e na pandemia. Isso mostra que os governos autoritários da América Latina, em especial no Brasil, estreitaram os diálogos com a sociedade, complexificando ainda mais essa crise política. Os instrumentos de resistência, herança do século XX, como movimentos sociais, sindicatos, a participação política como direito humano, sofrem ataques e precisam ser reconfigurados, do contrário, o cenário tende

a piorar com a autocracia em curso pela extrema direita. A luta é o momento do agora porque “um passo à frente e você já não está no mesmo lugar”.

E no século XXI, em 2022, ou a gente pensa uma nova cultura política, uma nova forma de fazer política ou as nossas ações vão viver desalentadas porque não conseguimos chegar a uma ação de massa. Vivemos nas reivindicações como as de junho de 2013, massificação nas ruas, com uma crítica política instaurada pela crise da mobilidade urbana, cujo slogan “não são só vinte centavos”⁴ questionava a cultura política da herança ocidental, verticalizada. Mas as agendas e reivindicações se perderam porque não acumularam um saldo organizativo para isso, tendo em parte, sido apropriado pela extrema direita sob o discurso da aversão à política.

Em que medida esses lugares de resistência e de organização política da luta política incorporam no interior dessas pautas as múltiplas expressões das lutas como o enfrentamento ao racismo estrutural que sequestrou da população negra o direito à vida democrática? Em que medida incorporam a luta política das mulheres pela legalização do aborto e contra a criminalização das mulheres em defesa à sua autonomia reprodutiva, que é um dos princípios éticos democráticos, a liberdade de decidir? Ou ainda, como as pautas se cruzam e dialogam como dimensão material e simbólica no enfrentamento a pensamentos que sedimentam o ódio aos corpos políticos dissonantes?

Que lições tiramos desses processos de lutas históricas centenárias em que as mulheres sempre estiveram presentes, mas invisibilizadas como parte dessa história dominada por homens? Como podemos pensar sobre isso? Como isso pode ser reconfigurado como instrumento de resistência da ação política que está no nosso concreto? Pensar isso também é pensar

⁴ Em junho de 2013 mais de 200.000 pessoas foram às ruas no Brasil. Pelas ruas e pelas redes, uma frase se repete em meio aos protestos que se espalharam por cidades brasileiras “não são só 20 centavos”. O movimento teve início com o anúncio do aumento das passagens de ônibus, mas se difundiu, tomando grandes proporções e tendo demandas diversas, assim como diversos sujeitos políticos envolvidos.

que o mundo do trabalho que não é o mesmo do século XX, que a política não é a mesma do século XX. Em que medida esses lugares da resistência e organização da luta política incorporam no interior de suas pautas a luta antissistêmica: o enfrentamento ao capitalismo, racismo, luta contra a lesbotransfobia, uma classe trabalhadora que vive na informalidade sem direitos? Isso é pensar a democracia e o sistema que a constitui amparado pelo Estado patriarcal. Esses cruzamentos múltiplos da luta por direitos, como vinculamos às lutas com um processo de sociedade, para não ficarmos restritas à indignação como forma de luta, mas pensar a dimensão de projeto político, porque isso pode gerar novas formas do agir político que nos interesse e em conexão com o feminismo como projeto político em curso e historicamente situado.

A democracia tem como imperativo ético a igualdade, a liberdade e o respeito às diferenças, o que está expresso em documentos e tratados nacionais e internacionais assinados pelo Brasil. Mas isso vem sofrendo profundos ataques sob a prerrogativa da “liberdade de expressão” e de normatizações que reproduzem padrões tradicionais e biologizam as relações de sexo/gênero. É um cenário de retrocesso que se espraia em várias dimensões da vida social e acentua padrões perversos de desigualdades e de dominação, reforçando governos autoritários que se elegem em processos eleitorais democráticos, mas promovendo ataques à institucionalidade democrática (espaços institucionais, poderes, plano e políticas).

Porém, o movimento no mundo é de resistência e de provocações a um modelo democrático que não é unívoco, nem homogêneo. Ao contrário, é neste sistema democrático, liberal, onde há espaço para questionamentos e fissuras, de forma a se tornar mais igualitário, justo social e politicamente. As lutas coletivas refizeram a rota e derrubaram formas sociais que buscaram alijar o sujeito da sua condição e valor de ser o motor da história. A democracia está em risco pelos ataques reais da extrema direita, mas há uma força de resistência nas ruas que incendeia a esperança de dias e tempos melhores. É na força coletiva

das mulheres que acredito neste novo esperar e na reconstrução que virá para tempos mais prósperos, mas certamente com muita luta!



Racismo não é “mimimi” de um “grupeto”. É um mal⁵ avassalador num país racializado e racista⁶

Rivane Arantes

As fissuras do racismo no Brasil

Para a maioria das pessoas negras, o racismo é uma vivência antes mesmo de ser uma experiência (Martins, 2012). Muitas de nós somos expostas/os a esse mal sem sequer termos o tempo de elaborarmos sobre ele. “Simplesmente” ele “cai” sobre nossos corpos como um raio, fulminante... Já para grande parte das pessoas reconhecidas como brancas, ainda que assim não se admitam, nos parece que o racismo não existe ou, no máximo, é um “mimimi” de um grupeto. Afinal, o Brasil é uma grande democracia racial.

Então, para atravessarmos esse pântano de sangue que se chama racismo, precisaremos combinar o jogo. E o *parti pris* é: o racismo não é um fato aleatório que surge no vazio, do nada. O racismo tem origem num acontecimento histórico chamado colonialismo, e muda os destinos de toda a humanidade. Só que muda desigualmente – a nós negras/os,

⁵ O mal aqui utilizado como signo se refere à ausência das condições materiais, simbólicas e subjetivas resultantes da exploração e opressão do povo negro, desde a escravização colonial até a contemporaneidade, em nada se relacionando com a dicotomia bem x mal abusivamente usada pelo discurso moralista/teocrático.

⁶ Negrito que estas reflexões são um olhar sobre as experiências que vêm do Brasil e da América Latina. Parte delas foi apresentada durante o processo de formação das militantes, na modalidade EaD, da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) durante o ano de 2021, por ocasião dos Debates Internos deste movimento feminista, em torno do Eixo 3 de sua Agenda Política, sob o tema “Reflexões sobre os elementos estruturais do racismo a partir da perspectiva feminista”.

os horrores da desumanização, às pessoas brancas, os privilégios de uma vida em excesso.

As lições de Martin Luther King e tantas e tantos outros e outras autores/mártires negros nos ensinaram que ninguém nasce racista. Quem aprende a odiar também pode aprender a amar. E nos ensinaram também que o racismo não se refere somente ao que se passa numa relação entre pessoas, mas sobretudo, diz respeito a um modo de organização da vida em comum. Isso nos revela, antes de qualquer tentativa de reflexão, que o racismo é uma dimensão estrutural, uma produção social e um aprendizado. E essa construção é situada na história. Tem data, local e sujeito criador.

Nesse sentido, comungo da ideia de que o racismo foi uma criação no marco da invasão do espaço-tempo denominado “América”, a pretexto do que se chamou expansão mercantil ocidental. Uma estratégia de dominação europeia baseada na invasão, exploração, violência e pilhagem das riquezas e das pessoas, e cujo processo de acumulação de capital dela decorrente colaborou na organização das bases do capitalismo. Isso tudo realizado pela Europa branca, masculina, cristã, heterossexual, sobre os corpos dos povos nativos/as indígenas e escravizados/as africanos/as.

É sobre isso que Kabengele Munanga (2004) fala ao apontar o racismo como um processo de racialização de seres humanos com o objetivo de dominação, que opera dividindo e classificando os grupos sociais a partir de distinções biológicas (ancestralidade nos EUA e fenotípicas no Brasil). Estas, por sua vez, dão base a hierarquizações étnico-raciais entre eles e, ainda mais a hierarquizações intra-grupos.

Essa hierarquia também é sustentada pela ideia de supremacia racial do grupo social branco ou, do que alguns/as autores/as chamaram de branquitude.

A proeminência da população branca sobre o conjunto da população definida como “outras” (onde estão negros/as e indígenas) e, portanto, o problema da branquitude, está nítido nos estudos desenvolvidos por Cida

Bento (2014). A partir destes podemos compreender que a acumulação histórica das benesses sociais, no âmbito da política, economia e cultura resultou numa desigual distribuição dos recursos materiais e simbólicos necessários para se viver, em total prejuízo às populações negra e indígena.

Essa dominação branca é produto do colonialismo (Quijano, 2005; Lugones, 2008; 2014), mas é, sobretudo, resultado da manutenção do mesmo padrão de dominação, exploração e acumulação operado em favor da população branca – pelo racismo –, desde o fim da escravização até nossos dias, num processo histórico denominado colonialidade⁷. Por isso pensamos na branquitude como esse lugar de opressão, enriquecimento ilícito e violência, onde o sujeito negro e indígena é colocado na posição de inferioridade e desvantagem, na relação com o sujeito branco, e onde a desumanização operada sobre esses corpos é estratégia e medida do enriquecimento e do posicionamento no topo da hierarquia, da população branca.

Daí que a branquitude não se refere somente a uma identidade racializada, embora ocultada como tal, ou a uma cor de pele. Como bem elucidou Silvio Almeida (2020), a supremacia branca que sustenta a ideia da branquitude é uma forma de hegemonia, e como tal, um jeito de dominar que se expressa tanto pelo “exercício bruto do poder, pela pura força”, como pelas “mediações e construção de consensos ideológicos”.

Estudos decoloniais (Quijano, 2005; Lugones, 2008; 2014) revelam que este modo de dominação de um povo sobre outros teve fins econômicos e se deu a partir da exploração econômica dos corpos negros e indígenas e dos seus territórios, através de uma miríade de processos: escravização das pessoas, pilhagem da natureza, destruição e apropriação dos saberes nativos e suas formas de produção, e imposição de outra identidade, modo

⁷ Para Aníbal Quijano (2005), colonialidade é um dos elementos constitutivos do que ele chamou de padrão mundial do poder capitalista, tendo sido as Américas o seu primeiro espaço-tempo. Este poder tem como eixo central a imposição de uma classificação social da população mundial baseada na ideia de raça e sua constituição foi engendrada dentro da estrutura de dominação/exploração do colonialismo. María Lugones (2008; 2014) aprofundou essa visão, acrescentando que a dominação de sexo/gênero também foi um elemento estruturante da colonialidade do poder, constituindo no que ela chamou de colonialidade de gênero.

de vida, sistema jurídico, organização política, cultura e relação com o sagrado. O que aqueles denominam a colonialidade do ser, do saber e do poder como tática para a constituição de um sistema mundo.

O mito da democracia racial e a ideia de um país miscigenado invisibiliza o problema do racismo, assim como invisibiliza o sujeito branco como uma raça, tornando-o o sujeito universal. Aquele sujeito padrão e modelo que todos desejam ser, que todos/as têm de trabalhar para ser, como se toda positividade nele (bom, belo, competente...) fosse um dado da natureza e não, uma criação e uma ficção. Esse mesmo processo visibiliza e marca a negritude como o desvio, a inadequação, o deslocado e a exceção.

Compartilho da visão de que o racismo foi e é um modo de organizar a sociedade (as relações de produção econômica, política e a cultural) que a divide e a hierarquiza em polos antagônicos e desiguais, racializando e subjugando, pela opressão, exploração e despossessão, grupos sociais, transformando uma parte significativa destes em negros e indígenas, e desracializando o grupo social branco, que passa a ser o padrão e a medida de todas as coisas, o paradigma da humanidade, como dominador, hegemônico e sujeito de privilégios.

Mas fiquemos atentas/os, ao organizar a economia, a política e a cultura, o racismo também opera sobre o Estado, não somente determinando sua ação, mas o estruturando, constituindo suas engrenagens. Aliás, autores como Foucault (2010) afirmam que o racismo, tal como o conhecemos, como essa máquina colonial destruidora dos corpos negros e indígenas, é uma criação do Estado Moderno, para poder operar o biopoder e a aceitabilidade da morte do outro como exercício político. Tanto a morte física como a simbólica – a morte política, a rejeição e a expulsão.

Só que o racismo, como uma espécie de fenômeno multifacetado, é tanto (e também) um jeito de ver o mundo, ou seja, uma ideologia, uma visão sobre a realidade, como, sobretudo, uma ação concreta sobre

esse mundo. Então, mais que atitudes individuais, o racismo se expressa como práticas sociais e políticas institucionais, uma forma de produzir o mundo através do trabalho, educação, saúde, arquitetura, gestão dos espaços geográficos e espaços políticos, e produção do simbólico (crenças, informações, opiniões, representações). Com o detalhe de que esses processos colocam o sujeito negro e o indígena sempre em condição de inferioridade e subordinação, e em desvantagem na relação com o sujeito branco, normalizando e naturalizando assim, uma desigualdade que é totalmente fabricada.

Isso significa que o racismo atravessa e constitui tudo – as crenças, leis, práticas sociais e institucionais, a ideologia e até as subjetividades. Ele impacta o mundo lá fora, mas o mundo cá dentro também. Ele influencia e, muitas vezes, até determina o modo como vemos a nós mesmas/os e o mundo, e o modo como nos constituímos como pessoa. E é por isso que afirmamos a sua dinâmica – ele é estruturante e sistêmico, modela não somente as instituições, mas as relações sociais e as subjetividades.

E, como um sistema de dominação, exploração e despossessão, o racismo determina e é determinado, constitui e é constituído pelo patriarcado e pelo capitalismo, que também são sistemas de poder. Aliás, historicamente não teria sido possível, pelo menos não no Brasil, se pensar em nenhum desses dois sistemas, sem a violência da racialização de negros/as e nativos. Não seria possível, mais explicitamente, o grau de acumulação capitalista ao longo do tempo, sem a dominação e exploração dos corpos femininos negros e indígenas.

Por isso, é bem importante não nos confundirmos. O racismo não é somente uma ação interpessoal ou uma prática institucional. Para ele se manter e se reproduzir no tempo, precisa todos os dias, de mecanismos que inferiorizem a população negra e indígena. Nesse sentido, é preciso ficarmos atentas/os às armadilhas do aparente. O racismo não é uma prática isolada; não é um ato episódico, como a mídia diz; não é uma

maçã podre, como a polícia gosta de se referir à ação corriqueira e letal de policiais contra jovens negros nas periferias. O racismo é uma prática cotidiana de produção e reprodução das condições da branquitude – da posição de poder do grupo social branco, da intocalibilidade do seu status quo e da subalternização do povo negro.

Nesse sentido, o professor Silvio Almeida (2020) vai além. Segundo ele, para o racismo garantir sua permanência no tempo, é necessário contar com uma força muito maior que a soma da ação de quaisquer indivíduos. Ele precisa contar com a força do Estado. E não existe racismo sem Estado, porque no Estado Moderno o racismo é a justificativa, a engrenagem, a força que permite a hierarquização e a dominação das classes criadas pelo racismo.

E o Estado produz as condições de reprodução do racismo através do que ele chama “manutenção da ordem social”. Para tanto, este usa tanto da força e violência (polícias, justiça, poder médico, etc.), como do aparelho ideológico (família, escola, mídia, igrejas, etc.) para garantir o controle dos corpos negros. Para deixar viver e fazer morrer. Principalmente o fazer morrer, definido por Achille Mbembe (2018) como necropolítica.

Isso informa que não é mais suficiente o Estado ou grupos sociais justificarem o racismo apenas como uma herança do nosso passado escravocrata. Hasembaig (2005), Florestan Fernandes (1989; 2008) e tantos outros e outras estudiosos/as já desmentiram essa estratégia. O que permitiu e viabiliza a atualização do racismo na história são as engrenagens, as estruturas e as políticas de Estado constituídas no pós-abolição, e que se mantêm até nossos dias. Não se trata dos efeitos de um passado colonial ou de uma cultura racista simplesmente, pelo menos não apenas.

Nesse sentido, o fazer morrer, mais que o deixar viver, se concretiza ou é operacionalizado através de políticas públicas. O governo Bolsonaro, por exemplo, operou a morte de mais de 600 mil pessoas na pandemia

quando impôs tratamento ineficaz, não comprou vacina e desorientou a população sobre as medidas preventivas. Igualmente implementou sua política de morte misógina, quando manteve a criminalização do aborto, mas também quando dificultou o acesso das mulheres ao aborto legal⁸, com portarias impeditivas no âmbito do serviço de aborto legal. O mesmo se deu ao fomentar o genocídio da juventude negra como questão de segurança, quando turbinou as polícias e a própria sociedade civil, aumentando a circulação de armas e munição. Mas foi, talvez, quando ampliou os efeitos da EC 95, que congela os gastos com políticas sociais ao longo dos anos, e a transferência arbitrária dos fundos públicos à iniciativa privada e fundamentalista, que ele alcançou sua máxima letalidade, o que sob a perspectiva de Achille Mbembe (2018), podemos dizer que foram formas de exercitar a morte como modo de gerir a política de e pelo Estado.

E para o sucesso do racismo, num cenário de capitalismo e crise sistêmica, é fundamental “o bom funcionamento” do patriarcado porque o racismo precisa controlar a vida e a liberdade das mulheres, do conjunto das mulheres – negras, indígenas e das brancas, obviamente de maneiras distintas, mas sempre controlar, com o fim de garantir a ideia de “pureza racial” e a mão de obra gratuita ou mal remunerada para os trabalhos de reprodução da vida, principalmente. E isso é feito, sobretudo, via controle político desses corpos, principalmente, através da sexualidade e reprodução. Então, o controle sobre as relações afetivo-sexuais, a definição de quais relações e proles são legítimas e quais não, a autorização da violência, a interdição à maternidade às mulheres negras, pela implantação de políticas de esterilização, ausência de retaguarda social de cuidados ou promessa de morte de seus filhos/as pelo aparelho policial, e sobretudo, pela criminalização do aborto, torna

⁸ A Portaria Nº 2.282, de 27 de agosto de 2020, que dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde, dentre outras medidas, obrigou os/as profissionais de saúde a informar à polícia as situações de estupro (disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt2282_28_08_2020.html. Acesso em: 07 fev. 2023). Após forte incidência do movimento feminista brasileiro, essa obrigatoriedade foi revogada através da Portaria Nº 2.561, de 23 de setembro de 2020, no entanto, as duas portarias somente foram revogadas durante o “Revogaço” (revogação integral e/ou parcial de vários decretos presidenciais do antecessor, Jair Bolsonaro, pelo atual governo do presidente Lula) em janeiro de 2023.

tudo parte desse mesmo plano.

Fica nítido então, o racismo não precisa de intenção para se manifestar e ter consequências, uma vez que também se manifesta pela reprodução, pela repetição dos pensamentos e práticas discriminatórias que se naturalizaram na sociedade. Ele sempre é um projeto de dominação pela desumanização e violência, é uma ação deliberada de discriminação contra a pessoa negra.

E aí está a sua perversidade, ele não se expressa apenas na presença, nas ações diretas e visivelmente discriminadoras (lei, proibição formal, uma palavra dita, o ato diretamente realizado). Ele se concretiza também na ausência, na negação, no não dito, no não fazer, na ambiguidade, algo muito mais ardiloso e doloroso para a pessoa negra, porque há o elemento da dúvida, a ambiguidade, e porque quase sempre não há como ser comprovado (Sales Junior, 2006). Não são sem razão os impactos psicológicos do racismo sobre a pessoa negra, pois além de termos de elaborar a não aceitação social, a desvalorização e a desumanização, ainda precisamos dar conta do que não está aparente, mas que está ali, como fantasma, nos sobressaltando cotidianamente.

Como comprovar racismo em entrevistas de processos seletivos que não selecionam pessoas negras? Como comprovar os motivos racistas que fazem nós negras/os estarmos absolutamente ausentes dos espaços de poder político e institucionais, quando somos a maioria da população? Como comprovar as razões da diminuição da dose de remédios para pessoas negras, ou o não preenchimento do quesito raça-cor nas pesquisas e dados oficiais? Como provar os olhos dos “seguranças” totalmente vigilantes sobre nossos corpos, nos ambientes dos *shoppings centers*? Como explicar as balas que sempre encontram os jovens corpos negros nas periferias? Os olhos embranquecidos continuam nos exigindo provas, *a priori*, daquilo que para nós negros/as está nítido, em troca de nosso direito à dignidade.

Precisamos de uma pedagogia do estranhamento que se choque com

as máscaras do racismo, que nos co-mova a todos/as, pois nos parece haver uma indisposição social e política de se assumir o óbvio das relações raciais. O que não se quer saber é que o racismo é identificável, nos alerta novamente Silvio Almeida. Porque há um lugar construído-definido para o corpo negro historicamente neste país, e este lugar é o da invisibilidade e sujeição. Então, o que importa nesses casos é menos a intenção e mais o resultado, segue afirmando o professor. Ou seja, a exclusão, o tratamento diferenciado, a proibição de circular, a vigilância, o controle, a desqualificação, o impedimento de acessar os espaços e as oportunidades, enfim, o extremo da morte.

Penso que já chegamos à condição de que não nos serve mais a justificativa segundo a qual não houve a intenção de discriminar, de que não se sabia que aquela era uma ação racista. Não funciona mais tirar do bolso um/a ancestral ou um/a amigo/a negro/a, ou se juntar ao coro do “todos somos um pouco negro e indígena neste país”, como justificativa da prática racista. Há, sobretudo, de se pôr em questão os artifícios meritocráticos que interditam o acesso das pessoas negras a direitos, pois a leitura da realidade sob a qual se sustenta o mérito é totalmente desracializada, sendo o mérito mais uma máscara do racismo (Souza, 2021), mais um mecanismo de distinção racial. Assim reafirmamos, o que importa aqui não é a intenção, mas o resultado, porque o racismo é estrutural (e não comportamental), e seus efeitos acontecem inexorável e independentemente da vontade de quem quer que seja.

Nesse sentido, Du Bois (1998) chamou a atenção de que o racismo produz o que ele chamou de salário psicológico para os brancos, ou seja, a situação de privilégio subsiste ainda que individualmente não se compactue com o racismo, uma vez que ele é estrutural. Então, pessoas brancas podem não compactuar com o racismo, mas nunca serão alvo dele, o que já as coloca numa condição, desde a partida, vantajosa... e vantagem está na operação da desigualdade.

Como nos chamam a atenção várias intelectuais e ativistas negras, nos interessa mais a responsabilidade do grupo social branco que sua culpa, porque enquanto a culpa paralisa o sujeito, a responsabilidade engaja na luta antirracista, na ação para além do sentimento, porque o racismo não precisa de intenção para ser uma lâmina nas vidas negras. E nos interessa que essa disposição antirracista toque, sobretudo, os pontos nevrálgicos das relações de dominação econômicas, políticas e culturais que estruturam o racismo.

E como nos alerta novamente Silvio Almeida⁹, se o racismo é desde sempre, um veículo imprescindível para o exercício da violência, morte e ódio, que só se atualiza e complexifica com o tempo e nos territórios, ele é, sem dúvida, uma categoria analítica fundamental para se confrontar o problema da democracia, dos modos de produção da vida hoje retratados pelo modelo econômico extrativista, e da violência no Brasil. E essa tarefa, seguramente, é uma responsabilidade inadiável para todas as pessoas que desejam um mundo com justiça.

A teia de relações do racismo

Como uma construção histórica sustentada na ideia de separação e hierarquização entre corpo e espírito, natureza e cultura, público e privado, dicotomias fundantes do pensamento ocidental (esse não é o pensamento das populações chamadas de tradicionais), para além de ser uma ideologia, quer dizer, forma de ver o mundo baseada na crença de uma superioridade racial branca sobre todas as formas de vida (incluindo-se a natureza), como um processo de redução da humanidade de uma classe de pessoas transformadas em “outra/o” (no caso brasileiro de negras/os e indígenas) e como um projeto com fins de dominação econômica, o racismo foi e segue se constituindo sobretudo numa relação social e num sistema de

⁹ Ver Silvio Almeida: Programa Roda Vida. TV Cultura, em 22.06.2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0lw>. Acesso: em 07 fev. 2023.

poder que se atualiza no tempo e nos contextos.

Então, não nos confundamos. Para que o racismo continue sendo eficiente como tecnologia de poder, ele precisou des(montar) uma estrutura e convencer todas as pessoas de suas verdades. Para isso, ele se espalhou nas diversas dimensões da vida social (economia, política e cultura) e configurou outra forma de organizar o trabalho, as relações de autoridade e as formas de tomada de decisão política, a relação com o espaço físico-geográfico (as cidades são arquiteturas racializadas) e as formas de ver e produzir o simbólico (a educação, cultura, as relações com o sagrado etc.). É justo porque ele se tornou um sistema de poder espalhado na estrutura do Estado e no coração da sociedade e das pessoas, que foi e é possível ele se realizar na ação das instituições públicas e privadas, bem como mediar as relações, todas elas (até as afetivo-sexuais), entre as pessoas.

Isso significa que ninguém escapa ao racismo. Todas as pessoas (brancas, negras e indígenas) são diferentemente impactadas por seus tentáculos, independentemente das vontades e concordância. É por isso que ele deve interessar a todas/os, a despeito da situação de sexo/gênero, raça e classe social. E um bom exercício para sabermos mais sobre os efeitos do racismo nas nossas vidas é nos lendo a partir da nossa localização na relação social racial. Perguntemo-nos: em qual polo da relação racial estou? O que isso significa na minha vida concreta e onde me localizo na sociedade por conta disso? O que ganho e o que perco por conta disso? E como lido com as implicações dessa localização?

Mas atentemos. É muito perigoso, e nos enganamos quando restringimos o problema do racismo ao que ele produz nas relações interpessoais entre indivíduos/as historicamente construídos como brancos/as e negros/as, e também quando o consideramos na conexão com as relações sociais de sexo/gênero, raça e classe social. Porque o racismo é, sobretudo, um problema estrutural, ele não vai ser resolvido apenas na base da responsabilização individual, ainda que ele dê pistas de

como se operacionaliza, ao aceitarmos olhar a realidade a partir de nossas próprias experiências situadas. Para nós, preocuparmo-nos, sobretudo, com a materialização estrutural do racismo talvez seja a principal chave de leitura, se queremos um mundo em que a questão racial não seja mais uma mera questão.

Sentindo na carne negra

Este breve escrito traz algumas repetições quase que como uma guerra de posição, e uma delas é a insistência de que o racismo se configura, no tempo e nos territórios, como uma estratégia/tecnologia que permite a violência, o ódio e até a morte de pessoas racializadas (negras e indígenas) como política de dominação. É esta experiência que torna mais aceitável o descarte dos/as indesejados/as, dos/as tornados/as perigosos/as, criminosos/as, corruptos/as e, neste atual estágio de aceleração da acumulação do capital, o descarte dos corpos supérfluos.

Então, como o racismo é multidimensional, ele não tem a ver apenas com a questão racial ou racialização, mas passa também pela classificação e hierarquização dos seres humanos com base na classe social e no sexo/gênero. Em razão disso, não há uma única forma dele se concretizar. No Brasil, como insiste Jessé de Souza (2021), o racismo usa várias máscaras para se esconder (ainda que do nosso ponto de vista ele seja sempre visível), e não se realiza da mesma forma para todas as mulheres negras. Na prática, ele não tem as mesmas implicações para brancas, negras e indígenas e, também, não se expressa do mesmo jeito no interior do grupo social racializado negativamente, ou seja, entre nós negras.

Há diferenças vividas como desigualdades, na forma como mulheres negras de pele clara (chamadas pardas pelo IBGE) vivem o racismo, e na forma como as negras de pele escura (as pretas) o experimentam. Todavia, o racismo é real para todas as mulheres negras, independente

das diferentes gradações de pele. A impossibilidade de mobilidade social e de desvencilhamento da lâmina do racismo, todavia, é tanto mais pesada às pardas quanto mais próximas das características africanas estiverem, o que só explicita que é a negritude o alvo da ação racista.

Daí que outro ardil é o engano sobre a homogeneidade da negritude. A ideia de que há uma única forma de vivenciar a experiência da violência racial e de ser mulher negra, e de que estas “gostem” de vestir a máscara do embranquecimento como passaporte para garantir uma pseudo-condição de aceitabilidade, numa sociedade racializada e racista. Tudo isso vai implicar em interdições ao usufruto das condições materiais e subjetivas para uma vida com dignidade, uma vida em que seja possível construir autonomia para se posicionar nas diferentes relações sociais e participar das decisões e processos que não somente nos digam respeito, mas impliquem na produção das vidas de toda a humanidade.

No contexto da pandemia do Covid-19, muitas já falaram, não se inaugurou nada de novo em termos de como se dão as condições de vida das mulheres negras. Mas se agravou bastante. Sobrecarga de trabalho por conta do aumento das necessidades de cuidados com a saúde das famílias, no cenário de fragilização do SUS, ausência de política de creches e escolas fechadas pelas medidas sanitárias de segurança. Aumento do desemprego, subemprego, superexploração, numa condição de grande exposição dessa população ao vírus e a outras doenças – porque não pudemos parar em casa. Aumento da fome e da miséria. Agudização da violência doméstica, política e racista, pelo aumento do fundamentalismo religioso, reforçado pelo bolsonarismo, que autoriza manifestações abertas de racismo, sexismo e lesbotransfobia, inclusive, pela presença mais ostensiva da ação repressiva policial e paraestatal miliciano. Ampliação de representações brancas, masculinas, elitistas e fundamentalistas nas instâncias de poder político, que têm destituído aceleradamente os direitos constitucionais, principalmente os sociais, e têm autorizado a pilhagem da natureza e das suas riquezas, com ataques às populações que resistem

(mulheres indígenas, ribeirinhas, quilombolas, pescadoras, das periferias das grandes cidades). Esse foi parte do quadro na fase mais aguda da pandemia, e ainda não alterado no atual contexto, aliás, que sem dúvida não pode ser qualificado como de pós-pandemia.

E as questões reveladas nesse cenário? Podemos pensar numa, pelo menos. Na desmistificação do mito da democracia racial como, realmente, um mito construído pelas elites brasileiras para disfarçar e esconder as políticas racistas implementadas pelo Estado (e por agentes privados, obviamente), ao longo do tempo. Isto com vistas a manter na miséria, nas periferias, na margem das relações de trabalho e completamente integradas ao capitalismo, as populações negras e indígenas. Uma estratégia para seguir explorando os territórios, as riquezas nacionais e os corpos da população negra, ou seja, para manter o enriquecimento ilícito da classe A, ocultando da população negra (classe B, C, D, etc.) as formas como o racismo se realiza para “esconder as máscaras que o racismo assume, para continuar vivo fingindo que está morto”, como bem insiste Jessé de Souza (2021).

O combinado de não morrer

Já deu para perceber que o racismo é mais que uma chave de leitura. Ele é uma categoria analítica indispensável à leitura e à ação sobre a realidade, para enfrentar, num plano mais estrutural, o problema da falta de democracia, da injustiça econômica e da utilização da violência como instrumento da nossa forma de fazer política. Isso significa que o combate ao racismo não deve apenas ser feito com políticas ou decisões pontuais sobre questões pontuais, ou se voltar unicamente ao enfrentamento do que se passa nas relações interpessoais.

O déficit que vitimiza a população negra e precisa ser enfrentado é sistêmico (é educacional, é nas relações de trabalho, no campo da saúde

e da construção das cidades, nas políticas ambientais e fiscais etc.). Essa consciência exige que o problema do racismo seja elemento central à reestruturação das instituições democráticas deste país, à reformulação da política econômica e à construção de outra base que reoriente novas condições de convivência social¹⁰.

Assim, precisamos pressionar, nos articular, fazer lutas para fortalecer o SUS e impedir a instalação, de vez, de um Estado-mínimo privatista. É urgente incidirmos para instituir políticas de proteção ao trabalho e previdência, políticas de cuidados, renda mínima no cotidiano, e auxílio emergencial durante a pandemia, além da revogação das medidas de austeridade fiscal, como a EC 95. Confrontemos o Estado policial, denunciando o aumento da repressão e controle dos corpos negros pelas polícias, Judiciário e poder médico, sob o argumento de combate ao narcotráfico, ao aborto, ao terrorismo e aos cuidados com a saúde mental da população.

Se não existe racismo sem Estado é porque este é uma máquina contra o povo negro e os outros povos racializados e oprimidos em outros contextos do mundo. E se aquele precisa deste para se reproduzir, acabemos com o Estado racista e este modelo de fazer política que entrega os nossos destinos, como um cheque em branco, a um “Messias salvador”, geralmente branco e endinheirado.

Nossa tarefa como parte do movimento feminista antirracista passa por afirmar que o racismo existe e está entre nós, porque ele está em tudo, e que o mito da democracia racial é o que se afirma – uma mentira, uma fraude histórica, uma estratégia de disfarce do racismo e de amortecimento dos conflitos raciais. Nossa tarefa é, sobretudo, mostrar como o racismo se esconde e se expressa nas vidas concretas das mulheres reais.

Para isso, precisamos contribuir para apontar e denunciar o mal que o racismo faz às mulheres negras e indígenas, revelando essas situações e

¹⁰ Idem.

como ele impacta sobre as nossas condições concretas de vida. Ao mesmo tempo, denunciar como o grupo social branco é enriquecido e privilegiado e quais as máscaras que ele (o racismo) veste no Brasil para se esconder, mais que se revelar, em cada contexto e época. Insisto: precisamos fazer outras perguntas, como chamou atenção Mari Matsuda citada por Kimberlé Crenshaw¹¹ (2002), precisamos complexificar essa busca, nos questionar sobre como ele acontece na economia, nas políticas de cidade, na Justiça, na saúde etc.

Para quem está na universidade e/ou é pesquisadora, há de se enfrentar o argumento da ausência de neutralidade e do “viés”, quando buscamos entender os disfarces do racismo na realidade brasileira, chamando-o pelo próprio nome – racismo. Se entendemos que o racismo é estrutural, partamos então da premissa de que o racismo existe.

E para todas, fundamental buscarmos desnaturalizá-lo, entender como se realiza nas vidas reais das mulheres reais, principalmente na sua versão mascarada e ambígua, e quais os seus resultados deletérios.

Imprescindível lembrar, como diz o Emicida, “a gente luta pra um dia parar de lutar”, então, lutar politizando a categoria raça e a identidade negro/a para um dia elas desaparecerem, para um dia explodirmos, implodindo essas caixas que nos aprisionam, restando daí, somente nós mesmas, pessoas, que não precisam mais anunciar a “sopa de letrinha” para se colocar, para ser somente nós, gente “que é pra brilhar e não pra morrer de fome”, como bem diz Caetano Veloso.

Para nós mulheres negras, não há nada mais antirracista nesse momento que a combinação de não morreremos. De resistirmos às investidas do capital,

¹¹ Trata-se aqui da proposta metodológica da teórica feminista Mari Matsuda citada por Kimberlé Crenshaw (2002, p. 183), ao analisar o que esta última chama de “subordinação interseccional”. Segundo Kimberlé, “para assegurar a total visibilidade da subordinação interseccional, será necessário desenvolver novas metodologias que desvendem as formas como várias estruturas de subordinação convergem, pois é muito pouco provável que tais problemas se apresentem claramente como produto de vulnerabilidades múltiplas. O desenvolvimento da conscientização quanto à dimensão interseccional desses problemas poderia ser encorajado pela adição de uma política de ‘fazer outras perguntas’ uma metodologia proposta pela teórica feminista Mari Matsuda. Conforme Matsuda sugere, muitas vezes uma condição pode ser identificada, por exemplo, como produto óbvio do racismo, porém, mais poderia ser revelado se, como rotina, fossem colocadas as seguintes perguntas: ‘Onde está o sexismo nisso? Qual a sua dimensão de classe? Onde está o heterossexismo? E a fim de ampliar ainda mais tais questionamentos, poder-se-ia perguntar: ‘De que forma esse problema é matizado pelo regionalismo? Pelas consequências históricas do colonialismo?’”.

que subtrai nossa possibilidade de existência física. De sobrevivermos às violências sexistas e ao abandono de não ter vacina. De jogarmos nossos corpos cansados sobre nossos filhos e filhas, diante da iminente manobra policial de se apoderar deles e delas, torcendo para que este ato de absoluto desespero, encontre o pulsar de um coração sensível e indignado contra o racismo, na invisível cidade dos cabos de fibra óptica.

Que nos organizemos e lutemos, com ou sem medo. Que tomemos a felicidade como uma tarefa ancestral¹² para sermos perseverantes na nossa promessa de não morrermos!¹³

12 Comungo das reflexões em torno da felicidade elaboradas pelo antropólogo Rodney William (disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2021/04/22/o-brasil-e-o-mundo-podem-viver-um-novo-tempo-se-incorporarem-os-valores-da-ancestralidade-negra-diz-antropologo-rodney-william.htm>. Acesso em: 07 fev. 2023).

13 Inspirado no conto “A gente combinamos de não morrer”, da escritora Conceição Evaristo, no livro Olhos D’Água.



Memórias e reflexões desassossegadas de uma gravidez em tempos de pandemônio

Talita Rodrigues

Recentemente, muitas mulheres e outras pessoas que gestam têm escrito relatos de parto e colocado nas redes sociais como uma forma de partilhar esse momento especial ou traumático de suas vidas. Alguns vêm cheios de romantismos sobre uma maternidade cristã que esconde o que tem de visceral e sexual na experiência de parir, outros vêm recheados de natureza e selvageria, na tentativa de desmistificar o romance e tornar a narrativa da experiência mais próxima do real, com mulheres reais. Alguns relatos narram violências obstétricas, denunciando a ideologia racista e patriarcal que fundamenta o poder médico e o mercado da saúde como um todo.

Ao mesmo tempo, rondando as mulheres, tem a indústria da gravidez, parto, puerpério e da infância feliz e “saudável” que constrói não só necessidades consumistas, como delírios irreais e fantasiosos em muitas mulheres, que na maioria das vezes terminam em sofrimento mental e adoecimentos físicos por não conseguirem consumir a experiência de maternidade capitalista que é vendida como universal. O padrão é a maternidade branca, burguesa, luxuosa, inatingível para qualquer uma de nós. A mulher dá lugar ao binômio mãe-bebê, depois se perde tanto de si mesma, que só existe o bebê. O sujeito mulher esvazia-se. A mãe é secundarizada diante da cria. Há quem fale dos direitos do nascituro em

detrimento dos direitos delas, deles.

Me descobri grávida no início da pandemia da Covid-19, na primeira semana em que foi decretado o lockdown em Recife, para ser mais exata. Era uma gravidez desejada, mas que nunca foi imaginada em um contexto pandêmico. Engravidar numa pandemia, com toda a certeza não estava no leque de experiências que eu buscava adquirir nessa vida. E naquele momento não tínhamos ideia do que estaria por vir.

Fui provocada em nome dos 40 anos do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia a pensar mais profundamente sobre o sentido do corpo e da democracia na minha experiência de engravidar, parir e maternar. O convite é também um presente que me foi dado e retribuo ao Instituto que ao longo de sua história tem lutado pelos direitos reprodutivos das mulheres e junto ao movimento feminista alcançou conquistas que atravessaram minha experiência de gestar e parir no SUS, atravessam meu maternar cotidiano, me dão perspectiva de futuro, de seguimento.

Refletir sobre o nosso corpo político, enquanto mulheres que lutam por uma vida mais justa e um futuro melhor para o mundo é um convite para refletir sobre os lugares que nossos corpos habitam no cotidiano de uma sociedade patriarcal, racista e capitalista que empreende esforços constantes em controlar e violentar nossos corpos subalternizados estruturalmente. Com o feminismo aprendi a falar em primeira pessoa e com as feministas negras a racializar o meu corpo e meu olhar sobre o mundo. Sendo essa a perspectiva da qual escrevo agora, um corpo situado no mundo. Militante feminista e antirracista, que se fez mãe em meio à pandemia da Covid-19 e ao pandemônio político, econômico e social no qual o Brasil mergulhou com constantes ameaças de ruptura democrática.

Grávida e isolada. Usuária e militante do SUS. Militante dos direitos reprodutivos vendo os meus próprios direitos escorrerem pelo ralo. Esse texto é um autorrelato de gravidez, parto e puerpério, um desabafo, um

grito! Um abraço em todas aquelas que, assim como eu, passaram por esse momento isoladas e distantes das pessoas amadas. É uma denúncia por todas aquelas que se foram, vitimadas pela morte materna em decorrência de um projeto genocida de poder que usou a pandemia da Covid-19 como meio para executá-lo. Esse texto é também uma forma de pensar sobre mim e sobre os outros corpos que engravidaram, abortaram e pariram em meio ao caos de um país que não garante nossos direitos integrais à saúde, nossos direitos reprodutivos e ainda viola de forma intencional, sistemática e perversa os direitos das mulheres.

Apresento-lhes pensamentos tecidos em meio a muito sangue, suor, lágrimas e leite materno que percorriam meu corpo em longas madrugadas acordada, como rios distintos para juntos me desaguar no oceano profundo de uma maternidade negra que desabrocha, se desafia e me desafia cotidianamente. Para ajudar a organizar o fluxo do meu próprio pensamento, assim como a leitura desse texto, abordarei de forma separada algumas das grandes questões que se colocaram para mim de forma vivida, mas que também ocuparam meus pensamentos, sentimentos e aflições nesse período.

E eu não sou dona de mim?

O primeiro sentimento que veio junto com a gravidez foi a estranheza. De repente aquele corpo parecia não ser mais meu. Tínhamos acabado de iniciar o lockdown como medida preventiva para a Covid-19, o distanciamento social não permitia partilhar isso com muitas pessoas. Inicialmente eu não consegui entender a estranheza daquele momento, até que a ficha caiu: “a partir dali a minha vida mudaria dramaticamente, a maternidade se colocara diante de mim e a responsabilidade sobre o cuidado de uma criança tomaria conta do meu tempo, sonhos e futuro dali para frente”. Legalmente eu não tinha mais o direito de desistir. Não tinha mais o direito de decidir sobre o meu corpo, porque um conjunto de leis injustas não me garantem o pleno exercício da minha autonomia

e dos meus direitos reprodutivos. Quantas mulheres se veem nessa encruzilhada cotidianamente? Ousar decidir sobre eles nos criminaliza, nos joga numa condição de vulnerabilidade extrema que ameaça a continuidade de nossas próprias vidas com a realização de abortos inseguros. Condição piorada a depender de fatores como classe social e raça, que interditam sonhos, projetos, futuros com mortes precoces e evitáveis.

O Brasil não respeita os direitos reprodutivos das mulheres, o aborto é crime e o acesso a ele é restrito, sendo permitido apenas em casos de anencefalia, risco de vida para a pessoa que gesta e em gravidez fruto de violência sexual. Ainda é preciso caminhar muito no sentido da justiça reprodutiva, onde todas as gravidezes sejam desejadas, respeitadas, possíveis e apoiadas. A autodeterminação reprodutiva das mulheres é o horizonte que norteia nossas lutas e que busca a afirmação das mulheres sobre suas próprias vidas com condições dignas de existência e potência criativa.

A gravidez em contextos de injustiças reprodutivas, apresenta um emaranhado de questões para as mulheres, determinando precárias condições de saúde produzidas por desigualdades sociais que limitam nosso acesso à cidadania. A orientação do isolamento social me colocou na encruzilhada entre a Covid e o Zika. Enquanto uma é transmitida no espaço público, a outra se transmite majoritariamente no ambiente doméstico. Não era permitido sair de casa e respirar aliviada outros ares, assim como não se podia ficar em casa sem usar calças compridas ou repelente. O mantra da consulta pré-natal era: “Se cuide ao máximo para não contrair Covid nem Zika, porque nos dois casos a repercussão pode ser muito grave numa gravidez”.

A questão é que, quando se mora numa comunidade de periferia na cidade do Recife, falta água todos os dias e as mulheres negras e empobrecidas precisam juntar água em baldes para realizar o trabalho doméstico e os cuidados de higiene. O Estado não garante nossos direitos

reprodutivos, como também não garante o direito à água, a uma moradia digna e ao saneamento básico. O vírus da Zika segue nos atormentando e só parece ser pautado dentro das consultas de pré-natal, quando é... Na esfera pública, nos espaços de decisão do governo, nas ações de prevenção e promoção de saúde do Estado, ele é secundarizado. Virou um problema das mulheres.

Assim como são as mulheres as culpadas por colocarem a água no vasilhinho, são as mães das crianças que nasceram com a Síndrome Congênita do Zika que assumiram os impactos da desresponsabilização do Estado em suas vidas. É perverso o que fazem com as mulheres. A privatização da água e o racismo ambiental seguem sendo alguns dos desafios cotidianos enfrentados pelas mulheres nas suas comunidades. E são duas grandes expressões do cenário de injustiça reprodutiva em que vivemos com sobrecarga de trabalho e cuidado sobre nós, que impactam nossas vidas, nossos corpos e nossa saúde.

A contradição é que aqueles que controlam os nossos corpos, supostamente, em nome da vida de quem vai nascer, são os mesmos que não se importam em garantir condições dignas às mulheres de gestar, parir e cuidar dos filhos, fechando os olhos para problemas que desencadearam a epidemia do Zika em 2015 e que ainda não foram solucionados. Hipócritas. Só buscam o controle e a criminalização das mulheres, nada mais. Muitas mulheres interromperam projetos de vida, lidam com o agravamento do empobrecimento de suas famílias e com a solidão do cuidado, causados pelo impacto social do Zika em suas vidas, quando tudo poderia ser evitado com políticas públicas de saneamento ambiental, acesso à água e a serviços de saúde de qualidade, com investimentos reais por parte do Estado no bem-estar das comunidades pobres e negras.

Não nos deixam decidir sobre o futuro de nossas gravidezes, de nossas vidas, mas fecharam serviços de acolhimento a mulheres vítimas de

violência sexual no contexto de isolamento em que muitas ficaram presas junto com seus agressores, sofrendo violência sistematicamente. Não nos permitem planejar nossa vida reprodutiva, quando fecham os serviços de atenção básica à saúde, se desresponsabilizam pelo seu território, se negam a fazer o trabalho de educação em saúde e fecham suas portas para as mulheres e as comunidades, dificultando inclusive, o acesso a métodos contraceptivos seguros e de emergência.

Faltaram ações coordenadas de promoção de saúde reprodutiva e prevenção de gravidez indesejada, deixaram as mulheres sem condições de fazerem escolhas reprodutivas autônomas e apoiadas. A gestão da cidade do Recife fechou parte da principal maternidade do município no meio da pandemia, amontoando as parturientes em poucos serviços superlotados e com atendimento precário. O pandemônio estava instalado e os nossos direitos foram os primeiros a serem rifados. Vivemos tempos de terror sem saber onde parir com autonomia, cuidado e respeito aos nossos direitos.

Essas questões seguem ecoando em mim, marcadas no meu corpo e me questionando todos os dias. Até quando nós, mulheres, teremos que seguir barrando retrocessos aos nossos direitos no lugar de avançarmos na construção de uma justiça reprodutiva para todas as pessoas que gestam? Jamais haverá democracia plena, enquanto as mulheres não forem livres.

Eu tenho medo de morrer no parto e de sofrer violência parindo

O mercado da saúde impõe desafios à existência e construção do Sistema Único de Saúde, desde o momento em que foi criado em 1988, sendo a EC-95, a implementação mais recente do desmonte do SUS através do seu desfinanciamento progressivo e consequente sucateamento.

O desmonte e a precarização do SUS impactam diretamente a vida e a saúde das populações, principalmente negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas do campo e das cidades.

No âmbito da saúde das mulheres, muito foi construído e conquistado a partir da luta das mulheres e do movimento feminista, mas, com o fortalecimento do fundamentalismo na sociedade e na política, nossos direitos vêm sofrendo muitos ataques e ameaças. Além de estarem massivamente presentes no âmbito legislativo, os fundamentalistas também se emaranharam no cotidiano dos serviços de saúde, tornando esse espaço cada vez mais hostil para as mulheres. O fundamentalismo, alinhado ao racismo institucional, às violências de gênero e classe social, são desafios que se somam na realidade concreta das mulheres no interior dos serviços de saúde, dificultando e limitando o acesso.

A minha vivência nos serviços de saúde durante todo o pré-natal foi marcada por uma abordagem biomédica, focada no binômio mãe-bebê, mesmo que em todas as consultas o pai também estivesse presente. A centralidade da responsabilidade sobre o cuidado na figura da mulher desde a gravidez faz com que os serviços de saúde operem na lógica de invisibilização e desresponsabilização do homem no cuidado a custo da sobrecarga e exploração das mulheres. Uma das primeiras decisões tomadas pelos gestores dos serviços de saúde no contexto da atenção pré-natal, parto e pós-parto foi a retirada do direito das mulheres ao acompanhante. Muitas mulheres foram obrigadas a parir sozinhas e continuar sozinhas no pós-parto, mesmo quando tinham feito cesáreas, que as limitavam ou impossibilitavam a realização de alguns cuidados consigo mesmas e com os recém-nascidos.

A violação do direito ao acompanhante não permitiu que o pai do meu filho participasse de exames de ultrassonografia para acompanhamento do bebê, exigiu que nós exercêssemos uma pressão sobre o serviço de saúde para que ele pudesse acompanhar as consultas pré-natais e nos colocou

em situações difíceis, a exemplo do dia em que a guarda municipal foi chamada pela maternidade para contê-lo por argumentar sobre o nosso direito de vivenciar esse processo juntos. Conter um homem negro que busca acompanhar a mãe do seu filho na porta da maternidade faz parte do *modus operandi* do Estado racista que nos violenta, oprime, cerceia nossos direitos e ainda criminaliza nossos corpos. Sendo essa apenas mais uma das expressões da necropolítica que é implementada no cotidiano das vidas negras pelo Estado Brasileiro.

Se os direitos reprodutivos das mulheres fossem tidos como elementos centrais nas políticas públicas e considerados invioláveis e inalienáveis pelo Estado brasileiro, o tratamento dado na assistência a gravidez, parto, pós-parto e aborto no contexto da pandemia não teria sido o de violação de direitos duramente conquistados e não teríamos alcançado o infeliz título de país com o maior número de mortes maternas por Covid-19 no mundo.

Esse fato nos levou a uma busca incansável por um serviço que nos acolhesse e respeitasse no momento do pré-parto, parto e pós-parto imediato, assegurando o pleno exercício dos nossos direitos reprodutivos, com respeito a nossa autonomia e livre de violências. Eu não aceitava a possibilidade de meu filho, uma criança negra, nascer sofrendo violência, como se não bastasse toda a violência racista que ele vai encontrar no caminho de sua vida, da qual não poderei protegê-lo. Eu não aceitava a possibilidade de sofrer violência parindo o meu filho. Enquanto mulher, cidadã, mãe, feminista, militante do SUS, pessoa vivente nesse mundo, eu não aceito a violência obstétrica como destino para nenhuma de nós. E todas essas questões caminharam comigo durante nove meses por saber que a violência obstétrica é uma realidade à qual muitas mulheres estão expostas tanto em serviços públicos como em serviços privados de saúde. E os dados mostram que, quando se é uma mulher negra parindo em serviços de saúde, o índice de violência aumenta e sua forma ganha contornos particulares delineados pela raça.

Enquanto sociedade, nós não podemos aceitar a violência que as mulheres, em sua maioria negras e pobres, sofrem no processo de gravidez, parto e abortamento, tanto em hospitais públicos, como na rede privada. Nós não podemos aceitar que nossas crianças, em sua maioria negras, continuem nascendo sob constante violência. Nós não podemos aceitar que os serviços de saúde continuem excluindo e maltratando pais e outros acompanhantes escolhidos pelas mulheres. Não tem como uma sociedade viver bem se nela não é possível nascer de forma respeitosa. As formas de nascer, viver e morrer denunciam as estruturas sob as quais estamos submetidas.

Ao longo dos nove meses também descobri que o medo de morrer é um paradoxo da gravidez, menos ligado a causas naturais e mais ligado a causas sociais como as injustiças, desigualdades e hierarquias de gênero, raça, classe e território. O medo de parir sempre me acompanhou, não pela dor do parto, mas pelos relatos de violências obstétricas e racismo institucional partilhados entre mulheres e denunciados em inúmeras pesquisas sobre o tema. A experiência da violência obstétrica parece até uma herança perversa que atravessa as gerações de mulheres de uma mesma família, comunidade, círculo de amizades. Afinal, quando se está grávida, alguém sempre tem uma história assustadora de parto para contar.

Um aprendizado doloroso e amargo partilhado por muitas mulheres, inclusive militantes feministas, é de que no fim das contas a gente tem mesmo é que rezar para conseguir um bom hospital, uma boa equipe, uma boa hora, que não tenha complicação. É um absurdo, mas é uma verdade dura de aceitar. É uma das verdades mais indigestas que carrego comigo sobre a minha experiência de gestar e parir nesse território chamado Brasil. Incomoda demais um coração militante saber que nós, mulheres, estamos entregues a nossa própria sorte e que mesmo com toda a luta e conquista que tivemos, a vida real ainda é dolorida demais para as mulheres.

A realidade violenta que habita as maternidades é de conhecimento

público e pouca coisa é feita para mudá-la. Ainda na pandemia, a equipe de obstetras de uma importante maternidade de alto risco do município pediu demissão coletiva, de forma autoritária, em completa demonstração de poder da classe médica, demonstrando também que não tem responsabilidade sanitária com as mulheres do território, com a vida, nem com a ética do cuidado. A maioria das iniciativas que apresentam propostas de atendimento de qualidade, humanizado e respeitoso são vendidas a um preço caro demais para a maioria das mulheres. A indústria da gravidez e parto no Brasil é um exemplo explícito da mercantilização da saúde, com a produção de crianças em série via parto cesáreo, gerando lucro. As justificativas são várias, mas o que mobiliza é o dinheiro. Tempo é dinheiro e não se pode desperdiçar dinheiro nascendo, ou parindo, ou partejando.

Na pandemia vimos o aumento vertiginoso da morte materna no país, muitas mulheres morreram em condições de extremo sofrimento, sem oxigênio, a grande maioria por causas evitáveis. A maior parte das mortes maternas foi de mulheres negras, o que mostra a magnitude do racismo estrutural e institucional nos serviços de saúde em prejuízo de mulheres negras. Em contrapartida, as grávidas e puérperas só foram incluídas como prioridades na vacinação por Covid-19 depois de muita luta e enfrentamento político dos movimentos de mulheres e feminista. Além disso, não houve distribuição de máscaras por parte dos serviços de saúde para esse público, medida que sabemos ser muito eficaz na prevenção da Covid-19. E nós continuamos gritando: Saúde não é mercadoria! Saúde é direito democraticamente conquistado. E deve ser garantido pelo Estado.

O sistema patriarcal, racista e capitalista versa sobre os sujeitos que detêm o poder e sobre uma estrutura que executa e implementa esse poder sobre os “outros” subordinados através de relações sociais de opressão, dominação e exploração. O racismo, o capitalismo e o patriarcado estruturam as grandes relações de dominação e são responsáveis pelas precárias condições de saúde e direitos reprodutivos das mulheres,

principalmente negras e pobres. Esse sistema de relações define inclusive aquelas que merecem viver e as que podem ser deixadas para morrer.

Eu vou ser mãe de uma criança negra

Eu queria ser mãe de uma menina. Na minha cabeça ela já tinha nome e eu iria ensinar tudo sobre feminismo e outras coisas para que ela crescesse bem, segura e conhecedora dos seus direitos. Eu não queria ter um menino porque eu tinha medo de perdê-lo para o patriarcado. Tinha medo de não reconhecê-lo depois de “homem feito”. Antes de eu passar pela experiência da maternidade, eu pensava muitas coisas sobre ela, mas entendia pouco sobre isso de criar filho. A mãe se constrói na relação com o filho.

E eu seria mãe de um menino negro. Chorei de medo quando recebi a notícia. Eu não sabia como protegeria o meu menino do machismo e do racismo. Tive medo da escola, da polícia, da porta giratória do banco, das pessoas que não têm “paciência” com as crianças negras, do mundo que diz que menino não chora, da “bala perdida” que acha corpos negros. Senti muito medo. O pai me ajudou a fazer a travessia, a compreender que estaremos junto com ele para proteger, orientar e acolher, lutando por um mundo melhor, chorando nossas dores. Seguindo como tiver que ser.

Em junho de 2020, Mirtes Renata perdeu seu filho Miguel. Que dor terrível. Ficou difícil respirar. Inacreditável. O menino Miguel foi morto pela negligência da patroa de Mirtes. Ele só tinha cinco anos quando caiu do nono andar do prédio em que sua mãe trabalhava enquanto estava sob os cuidados da patroa. Miguel foi morto pelo racismo. Foi morto porque era um menino negro. Miguel foi morto. Seus últimos minutos de vida mostram como as crianças negras são tratadas nesse país. Foi muita crueldade. Eu chorei junto com Mirtes e Marta. Eu não conseguia ouvir as entrevistas que ela dava porque sua dor me atravessava por inteiro.

Esse era o mundo que iria receber meu filho. Era doído demais pra mim, naquele momento. O filho dela e o meu tinham conexões profundas entre eles, duas crianças negras. Um partindo e outro chegando.

Em agosto de 2020, uma menina de dez anos, estuprada desde os seis anos de idade pelo tio, vem do Espírito Santo para Recife realizar o procedimento do aborto legal, após sucessivas violências sofridas pelo Estado. A menina foi perseguida em sua cidade, os profissionais de saúde se recusaram a fazer o procedimento, ela teve seu sigilo médico e jurídico quebrados, seu nome e endereço, revelados. Em Recife ela foi recebida com violência por grupos fundamentalistas. O movimento feminista, atuando de forma articulada em sua defesa, foi para a porta da maternidade fazer o confronto. Conseguimos garantir o procedimento. Conseguimos ganhar a disputa na sociedade. Mas toda a situação foi difícil demais para nós mulheres feministas. Tudo foi muito violento. Após o procedimento, ela teve que mudar o nome e mudar de cidade, roubaram-lhe sua infância, seu território, sua identidade. Ela só tinha dez anos, mas o mundo é muito cruel com as mulheres e as crianças.

Minha gestação foi atravessada pela dor dessas famílias, se juntou à dor da fome, do desemprego, das mortes por Covid-19. A dor de tantas mortes, a ausência do luto. Pessoas queridas partiram sem o direito da despedida. Amigas e amigos perderam pais e mães e não era possível dar um abraço, acolher a dor, chorar junto. Na contramão, também não era possível celebrar a vida. Não tinha espaço para celebrar a vida em meio a tanta morte, parecia injusto demais.

Quando o cenário epidemiológico ficou menos grave, criamos espaço, negociamos o risco, timidamente nos abrimos para o mundo. Os amigos se tornaram uma equipe multiprofissional da saúde, com orientações constantemente atualizadas. Negocie a ida aos mercados comprar o enxoval, tinha que comprar tudo no mesmo dia para minimizar a exposição. Duas máscaras PFF2, face shield, carona com as amigas,

álcool em gel. Chá de bebê virtual. Fotos na praia deserta. Encontro com pessoas da mesma bolha de isolamento social. São tempos difíceis de viver e de gestar. No meio dessa vida estranha minha criança dava seus sinais.

O parto humanizado e respeitoso no SUS é um legado da luta feminista e da luta pelo direito à saúde das mulheres no Brasil

Não existem violências e violações sem que também haja processos e estratégias de resistência e transformação, dentro e fora dos serviços de saúde, dentro e fora das políticas públicas, na sociedade como um todo. E o movimento feminista é uma força política potente que mexe as estruturas da sociedade, denuncia, propõe, constrói, transforma. O SUS também é uma dessas lindezas que a gente admira. Potente, transformador, revolucionário, quando construído pelo povo.

A gestão participativa no âmbito da política de saúde envolve a composição paritária da sociedade civil em conselhos e conferências de saúde que têm o poder de decidir e influenciar processos que dizem respeito ao SUS e a políticas específicas, como as de saúde da mulher. Nessa perspectiva, a sociedade civil organizada tem o papel fundamental de fazer o controle social do SUS e construir uma política que se aproxime ao máximo das reais necessidades de saúde da população, livre de violência e com respeito aos direitos das cidadãs e cidadãos brasileiros. Esse trabalho tem sido executado historicamente por muitas companheiras e companheiros da militância em defesa do SUS como uma contra força de resistência para barrar retrocessos e enfrentar a lógica privatista na saúde, que visa o lucro de grandes empresários e a precarização do SUS.

Dentro e fora dos espaços institucionais da saúde o movimento feminista e de mulheres negras se coloca como uma corrente de pensamento e ação potente na luta pelos direitos das mulheres. E nessa

correlação de forças, nós também conseguimos imprimir avanços e conquistas bastante significativas para o coletivo das mulheres brasileiras. Em meio a essas conquistas, descobri a existência dos Centros de Parto Normal (CPN), que funcionam como casas de parto, fora do ambiente hospitalar, sendo referenciados a eles em caso de necessidade. Sua equipe técnica é composta por enfermeiras obstétricas, técnicas de enfermagem e fisioterapeutas pélvicas. Nos CPNs são realizados partos de risco habitual por via vaginal, atuando com quartos PPP (de pré-parto, parto e pós-parto), onde a mulher tem toda a estrutura e assistência necessária para a realização do seu parto com tranquilidade e respeito.

A descoberta do CPN de Paudalho, já no final da gestação, mudou completamente a minha perspectiva e experiência de parto dentro do SUS. A realização de um parto humanizado e respeitoso no Sistema Único de Saúde que eu acredito, defendo e trabalho para construir proporcionou uma felicidade sem tamanho para o coração da militante feminista e defensora ferrenha do SUS que vos escreve. Soube da existência de alguns CPNs em Recife, mas, que sob a justificativa da pandemia, e sob o aval dos gestores da saúde, foram fechados ou tiveram seu modo de funcionamento alterado. Dessa forma, fui parir em outra cidade. O parto é da mulher. Acreditei, confiei e fui.

Meu parto foi uma das experiências mais magníficas e potentes da minha vida. Me senti acolhida, livre, respeitada e orientada em todas as minhas decisões. A equipe do serviço acolheu a mim e ao meu companheiro em todos os momentos do pré-parto, parto e pós-parto. Contamos com uma estrutura confortável e bem equipada, sendo informados de todas as etapas do trabalho de parto, como deve ser. Vivi cada contração, mergulhei na partolândia, senti o círculo de fogo, o êxtase, a hora dourada. Meu filho nasceu na manhã ensolarada de uma terça-feira, na zona da mata norte de Pernambuco, região do Maracatu Rural, que marca a força e a resistência do nosso povo. Ele nasceu depois de longas horas de trabalho de parto, em que pude dançar, celebrar, chorar, gritar, gargalhar, perder a consciência,

o controle, viver o transe, dormir o mais profundo dos sonos e acordar gritando de dor. Ele nasceu de um grito que me rasgou por dentro e por fora. Experiência potente, profunda e poética que só a vivência plena dos nossos direitos reprodutivos pode nos proporcionar.

Nasceu o menino que carrega a alegria e a justiça no seu nome, nasceu no SUS, que foi feito pelo povo e para o povo. Nasceu em meio à pandemia e ao pandemônio. Hoje, carrego-o nos braços e torço para que ele possa viver uma infância feliz, livre da violência e do racismo e que eu possa exercer o meu direito a materná-lo com amor e condições materiais para vê-lo crescer e seguir seu caminho. Sigo lutando para que a sociedade acolha as mães, os pais e as crianças. Que o cuidado seja reconhecido como trabalho, pois é o trabalho doméstico e de cuidado das mulheres, sobretudo das mulheres negras, que sustenta o mundo. Sigo firme em defesa de um SUS público, gratuito, universal e de qualidade, em que todas as mulheres e pessoas com capacidade de gestar sejam respeitadas em suas escolhas e necessidades, e que possam ter assegurado o pleno exercício dos seus direitos. Luto por justiça reprodutiva para todas, todos e todes.



POR NÓS, PELAS OUTRAS
E POR MIM! ♀✊

Democracia nas ruas, em casa e na cama¹⁴

Analba Brazão

Muitos elementos foram trazidos nestes três dias sobre a democracia que queremos para a nossa região latino-americana e em particular para o Brasil. Foi reafirmado em vários momentos pelas companheiras, que a nossa democracia é muito frágil e que os movimentos sociais, em particular os movimentos feministas e os movimentos negros, têm impulsionado o debate no sentido de ampliar esta democracia vigente. Democracia para quem? Hoje os movimentos feministas dizem que não há democracia enquanto houver machismo, que não há democracia sem que haja alternativas ao desenvolvimento capitalista!

Nós mulheres, em 2016, saímos às ruas contra o golpe que se instalava para tirar a presidenta Dilma Rousseff – esta semana fez seis anos deste fato – e nas manifestações cantávamos: “as mulheres estão na rua, pela democracia, somos contra o golpe, pela democracia, queremos direitos, pela democracia, contra o machismo/o racismo/ o capitalismo a nossa luta é todo dia!”. Vou aqui recuperar as nossas lutas e resistências neste último período, alargando para o feminismo latino-americano. Muitas de vocês presentes neste curso participaram, contribuíram nestes processos.

Para falar das nossas ações de lutas e das nossas resistências nos dias de hoje, é necessário voltar um pouco para recuperar a história recente

14 Texto originalmente apresentado pela no painel “Por um feminismo latino-americano – desafios da luta democrática, ação e resistências”, como parte da programação do curso nacional “Espiral feminista: feminismo, democracia e desafios do contexto atual”, realizado pelo SOS Corpo entre os dias 31 de agosto e 3 de setembro de 2022, no Hotel Kastel Manibu, Recife, PE. Sofreu alguns ajustes para publicação.

do feminismo na América Latina, tendo como marco o ano de 2017. Um marco que só foi possível pela existência de sujeitos políticos fortes e de redes de aliança já tecidas em longo caminho. Movimentos feministas de vários países do mundo, em especial os movimentos latino-americanos, foram massivamente para as ruas no 8 de março de 2017, demonstrando uma força política feminista internacionalista, denunciando a situação das mulheres em seus diversos contextos e trazendo como pautas de luta o fim da violência contra as mulheres, a legalização do aborto, o direito à autonomia sobre nossos corpos, o fim do racismo e do capitalismo, o fim da lesbofobia e contra todas as políticas neoliberais. Foi um momento de fortalecimento do feminismo na região com um grande esforço de interseccionalizar as lutas das mulheres negras, indígenas, lésbicas, trans, urbanas, do campo e das florestas.

Este foi um dos fatos que recolocou o feminismo massivo e com um forte viés internacionalista que, ao mesmo tempo que se sustenta, também é impulsionador. Até porque para se sustentar é necessário ter lutas concretas e, a cada vitória, mesmo que seja mínima, nos fortalecer para seguir lutando. Reunir as diversas vozes, reconhecendo que somos diversas nos fortaleceu para fazer a luta conjunta e internacional em torno de uma data tão importante para o feminismo global; foi e continua sendo essencial para a construção de um sujeito político coletivo que tem raízes históricas e que coloca a igualdade e a liberdade como eixo central da luta feminista. E, para além da data, o que mais importa é o processo de construção coletiva.

Mesmo antes da pandemia na nossa região e, particularmente no Brasil, já vínhamos vivendo em um contexto de extrema direita, com avanço do conservadorismo, de tentativas de restauração neoliberal, de acirramento das práticas coloniais e racistas. E sabemos que o neoliberalismo está associado ao fundamentalismo e ataca principalmente o direito ao aborto e as organizações e movimentos que defendem a sua legalização. Ataca

literalmente os corpos das mulheres!

Um pouco antes, em 2015, aconteceu outro evento importante para o feminismo brasileiro: a Marcha das Mulheres Negras. Uma marcha que levou para Brasília mais de 50 mil mulheres negras e desencadeou um processo nacional que fortaleceu o movimento de mulheres negras e fez eclodir diversos coletivos e redes de mulheres negras em várias partes do país. A Marcha das Mulheres Negras se enfrentou com as forças civis de extrema direita e as mulheres não se calaram! Fomos nós, as mulheres, que em 2018 escancaramos para o mundo que o governo Bolsonaro seria o maior retrocesso que poderíamos viver e que respingaria para os outros países da América Latina. Fomos nós que fomos para a rua dizer “Ele não” e ecoar para o mundo quem era o inominável. Evitamos, assim, que este fascista vencesse a eleição no primeiro turno. E desde a sua posse os movimentos feministas brasileiros se articularam com outros movimentos na luta para derrubar este governo que odeia as mulheres, as populações negra, indígena e LGBTQIA+.

Temos denunciado constantemente as mazelas que se aprofundaram com esta política de morte; a pandemia demonstrou a concretude desta política assassina, que ceifou a vida de mais de 680 mil brasileiros e brasileiras, sendo a maioria dessa população negra e pobre. Somos parte da resistência pela democracia, por isso permanecemos na luta e precisamos cair em campo para que Bolsonaro não seja reeleito e que Lula (mesmo com todas as críticas que temos às alianças feitas) seja eleito novamente. E mesmo vencendo as eleições, nós, movimento feminista, precisamos continuar alertas, pois a luta para recompor as nossas perdas neste processo também será árdua.

Neste contexto, o movimento de mulheres negras brasileiro tem sido um grande exemplo de luta e resistência, “nossos passos vêm de longe e a resistência é nosso nome”. Esse processo tem tido uma capacidade enorme de ampliar as lutas antirracistas no Brasil.

O feminismo negro brasileiro inclusive está na luta para enegrecer a política: desde as eleições de 2020 tem argumentado que não existe democracia enquanto houver racismo e que não existe uma política brasileira com a cara do povo que não tenha o rosto das mulheres negras. E agora para as eleições de 2022, este caminho está cada vez mais adensado. A campanha “Eu voto em negra” tem crescido e hoje em todas as partes do Brasil existem mulheres negras candidatas. A ideia, como já foi falado, é mesmo enegrecer as câmaras estaduais e federal, é ocupar estes espaços, é o que estamos chamando de “bancada do turbante”.

Por sua vez, as mulheres indígenas permanecem na luta em defesa dos seus territórios que a cada dia estão sendo mais devastados, tomados pelas mineradoras, pelo agronegócio, tendo suas lideranças criminalizadas, ameaçadas de morte e precisando até sair das suas aldeias para se proteger. Casas de lideranças queimadas como forma de pressionar esta população a abandonar seus territórios, as águas dos rios contaminadas, entre outras barbáries. Além de todas estas violências, têm sido denunciados muitos casos de estupros e feminicídios de meninas indígenas. Notícias que não são divulgadas pela mídia tradicional. Os casos que conseguem ter alguma repercussão se devem ao movimento mulheres indígenas e aos movimentos feministas. Com certeza a situação das mulheres indígenas no Brasil se assemelha à de outros países da América Latina, tanto com relação ao grau de violência sofrido por elas, quanto pela sua resistência e coragem de lutar.

Com o tema “Mulheres originárias: reflorestando mentes para a cura da terra”, em setembro de 2021, as mulheres indígenas realizaram sua segunda marcha – a primeira ocorreu em 2019 com o tema “Território: nosso corpo, nosso espírito”. Em plena pandemia e em um curto espaço de tempo, elas conseguiram mobilizar indígenas de todo o Brasil que ficaram acampadas em Brasília. Um momento de muita tensão, pois os bolsonaristas também ocuparam a capital do país, alguns chegando a invadir e rodear o acampamento com o objetivo de amedrontar, mas as

mulheres indígenas não arredaram o pé e saíram da marcha muito mais fortalecidas. Na ocasião foi lançada a proposta da “bancada do cocar”, uma estratégia política de ocupar também o Congresso Nacional e as assembleias legislativas estaduais.

As mulheres pescadoras, através da Articulação de Mulheres Pescadoras (ANP), também estiveram organizadas neste período para denunciar a violação dos seus direitos, o desmonte das políticas públicas e o descaso dos governos com as comunidades tradicionais pesqueiras diante do derramamento de petróleo que afetou estas comunidades, em especial as mulheres. Elas realizaram várias ações locais como manifestações e audiências públicas.

Também no início de 2021, em plena pandemia – inspirados na campanha “Ni una a menos”, que nasceu na Argentina, e na campanha brasileira da década de oitenta “Quem ama não mata”, os movimentos feministas brasileiros articularam uma campanha pelo fim do feminicídio: “Nem pense em me matar, nem pense em nos matar – Quem mata uma mulher mata toda a humanidade”.

Uma campanha completamente articulada através da internet e que ganhou o Brasil com a ideia de impulsionar um levante feminista contra o feminicídio, haja vista que a situação dos feminicídios no Brasil já era alarmante e com a pandemia, assim como em outros países, se agravou ainda mais. Paralelamente a isso, as políticas de enfrentamento à violência foram esfaceladas, levando a uma escalada da violência desumana contra nós mulheres. Com o golpe de 2016, a violência contra as mulheres adquiriu contornos cruéis, sendo potencializada pela ascensão de Jair Bolsonaro ao governo federal bem como das forças fundamentalistas que sustentam o seu projeto de morte.

Assim, lançamos a campanha “Levante Feminista pelo Fim do Feminicídio” em 25 de março de 2021 e já estamos articuladas em várias partes do país com organizações feministas do campo, da cidade, das

florestas e das águas. Além de denunciar o aumento da violência doméstica, do abuso sexual, os casos de feminicídios, de transfeminicídios, a campanha denuncia também os casos de ameaças de morte contra mulheres eleitas para ocupar cargos políticos, fenômeno que vem sendo chamado de violência política. A maioria dessas mulheres ameaçadas são mulheres negras, periféricas e mulheres trans. Não queremos só dar visibilidade a este problema social. Nós queremos que as mulheres parem de morrer, de ser mortas ao decidirem sair de um relacionamento abusivo ou por estarem na linha de frente de suas comunidades, lutando por melhores condições de vida, ou por estarem em cargos de poder desafiando a ordem patriarcal e racista em espaços de participação política e institucionais. Neste período eleitoral, a campanha lançou um chamado às candidatas, candidatos e candidates para assumirem o compromisso pelo fim do feminicídio, transfeminicídio e lesbocídio e está tendo uma boa adesão.

Nós temos também enfrentado neste período algo que temos falado ao longo destes três dias: o ódio de classe, o racismo e a misoginia, que têm fomentado a violência no cotidiano e a violência política, inclusive no âmbito das famílias e relações de vizinhança e sociabilidade. O atentado contra Cristina Kirchner mostra como esse tipo de violência política da extrema direita se processa. Temos um caso bem concreto no Brasil que foi o assassinato de Marielle Franco e não estamos livres de vivenciar esta situação no Brasil. Não só entre as candidatas e candidatos, mas para a própria militância, vestir vermelho hoje pode ser um risco.

Gostaria também de destacar como uma experiência de resistência a pesquisa do Lesbocenso, uma ação articulada que produziu dados relativos às mulheres lésbicas e que possibilitaram a incidência política e a proposição de políticas públicas adequadas às necessidades das mulheres lésbicas.

Neste arcabouço de lutas do movimento feminista na nossa região, mesmo tendo me reportado mais ao Brasil, não podemos esquecer do processo

iniciado com o Foro Feminista contra o Livre Comércio, também em 2017. Ele contou com uma grande articulação dos movimentos feministas latino-americanos e seguiu na construção do Foro Feminista contra o G20. Muitos movimentos que participaram deste processo também estiveram presentes na Confluência Feminista que se organizou para atuar no Fórum Social Mundial de Economias Transformadoras, tendo em vista esse momento de restauração neoliberal na América Latina.

Foram nestes espaços que colocamos no bojo dos debates a dimensão da reprodução da vida, da sustentabilidade da vida, da justiça socioambiental. Este espaço da confluência feminista se constituiu como um espaço feminista internacionalista. A nossa atuação articulada no Fórum Social Mundial virtual foi muito potente. Nos articulamos com feministas da Europa, América Latina e do Caribe, do continente africano e com companheiras da Índia.

Para concluir, ainda gostaria de trazer mais um elemento da nossa resistência feminista. Tanto no Brasil, como nos outros países da América Latina, principalmente durante a pandemia, o movimento feminista retomou as redes de solidariedade, as redes de cuidado e autocuidado. A solidariedade é uma prática feminista que se fez mais do que necessária nesta pandemia. E as mulheres têm sido as protagonistas, em especial as mulheres negras, as mulheres dos movimentos populares de periferias das cidades e as mulheres camponesas.

Nós, do movimento feminista que construímos um feminismo que acredita que só é possível transformar o mundo enfrentando o patriarcado, o capitalismo e o racismo de maneira articulada, estamos construindo as lutas concretas, a resistência cotidiana como único caminho que nos resta. Temos desafios enormes: precisamos internacionalizar o feminismo, enegrecê-lo e aprender com a juventude, que tem demonstrado sua força, seu jeito de fazer política, com alegria, com prazer e com muita luta.

Tudo que trouxe aqui, e segura de que há muitas mais experiências

localizadas que não chegam até nós e não foram aqui citadas, demonstra que os movimentos sociais, em particular os movimentos feministas, têm sido este território de luta e de resistência, de resiliência e de proteção. As falas que permearam os debates nestes três dias disseram isso.

Neste momento, no Brasil, precisamos urgentemente ir para as ruas, nos adentrar na campanha [eleitoral], fazer conversas miudinhas cara a cara, porta a porta. Precisamos estar nas ruas e nas redes neste embate. Não está fácil, mas nunca foi fácil mesmo para nós. Mas estamos aqui nesta roda como uma forma de construir nossa resistência feminista. Precisamos mais do que nunca estar juntas e continuar esperançando um mundo melhor.

Como diz a música do Titãs, “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão, a gente quer arte, a gente não quer só comida, a gente quer comer e fazer amor, a gente não quer só comer, a gente quer prazer pra aliviar a dor. Necessidade, desejo e vontade”... Vamos seguindo nesta luta pra transformar o mundo pelo feminismo antirracista, anticapitalista e antitranslesbofóbico!



Especial Eleições *2022*

Carmen Silva

Os nove textos aqui reunidos são colunas quinzenais escritas por Carmen Silva a convite da Marco Zero Conteúdo¹ por ocasião das eleições de 2022. São análises feministas da conjuntura eleitoral, em nível estadual e em nível nacional, que buscaram contribuir para ampliar o olhar sobre a disputa eleitoral, as instituições políticas e a democracia propriamente dita, considerando as categorias sociais de gênero, raça e classe. A leitura dos textos em ordem cronológica permite uma análise retrospectiva do que foram as eleições de 2022 a partir de reflexões elaboradas coletivamente no Instituto e ajuda a pensar os desafios postos neste novo cenário. Reuni-los nesta publicação representa ainda um exercício de construção de memória em um país que insiste em não preservá-la e que já experimentou as graves consequências disso.

Apreensão e expectativas na cena eleitoral

12.07.2022

A apreensão está tomando os corações de muitas pessoas comprometidas com a democracia nesta conjuntura eleitoral. Além da precarização das condições de vida das mulheres e de todo mundo que vive do trabalho, em função das políticas do governo federal, ainda

¹ Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo qualificar o debate público promovendo o jornalismo investigativo e independente. Em um cenário de concentração de mídia e perda de credibilidade dos meios de comunicação tradicionais, como vem ocorrendo no Brasil, a Marco Zero aposta na produção de reportagens e conteúdos que exponham as relações de poder, dando destaque a temas de interesse público invisibilizados pela mídia corporativa.

estamos vivendo uma nova onda de contágio da Covid-19 associada à uma miríade de adoecimentos que assola o cotidiano de todas nós. Projetos de lei propondo retrocessos em todas as casas legislativas, desastres-crimes ambientais com consequências avassaladoras sobre as pessoas negras e pobres nas periferias, e a justiça operando para negar direitos, como no caso do aborto de uma menina de 11 anos de Santa Catarina, são exemplos de como o noticiário nos assombra a cada dia. Como se não bastasse tudo isso, o bolsonarismo está mostrando as garras e tentando consolidar uma escalada de violência política, como demonstrado na explosão da bomba no ato público pró-Lula no Rio de Janeiro e no assassinato do dirigente petista em Foz do Iguaçu. Fica a pergunta: Que cenário está se desenhando com as eleições 2022? O que eles indicam como desafios para os movimentos sociais e para a esquerda em geral?

Não vou me propor a responder totalmente esta pergunta difícil, mas proponho uma reflexão sobre as possibilidades que vão sendo indicadas quanto mais nos aproximamos do pleito de outubro. As eleições deste ano não serão uma simples troca de turno no comando do Estado. A situação pós-golpe de 2016, e, em consequência, pós-eleições de 2018, é de terra arrasada. A extrema direita no governo federal e sua maioria no Congresso Nacional quebraram a espinha dorsal da arquitetura de direitos conquistada com a Constituição de 1988. Partes do sistema de justiça foram avacalhadas com as manobras da operação lava jato e outras ainda titubeiam frente aos crimes eleitorais do presidente-candidato, como a mais recente suspensão da legislação restritiva no período para realizar os gastos e obter os benefícios que desejar durante as eleições.

Mas não basta vermos os fatos. É preciso avaliarmos a correlação entre as forças políticas que estão por trás destes fatos. Tentar especular sobre qual a verdadeira capacidade de ação da extrema direita frente à unidade da centro-esquerda com setores de direita que está desenhada em torno da candidatura Lula. Mais que isso, precisamos discutir se as condições de

operação no cenário político que Bolsonaro tem demonstrado se devem a quais setores econômicos e militares. Ou seja, quem ainda sustenta Bolsonaro? Esta pergunta não parte da imaginação de possibilidades de derrubada, mas sim da verificação de que ele continua operando com decisão no Congresso Nacional e contendo forças institucionais que poderiam colocá-lo em xeque-mate.

Para os movimentos sociais que estão construindo as lutas populares no dia a dia, as expectativas são muitas. Dormimos com fé e esperança e acordamos desalentados e cuidando de nossa própria segurança. As forças bolsonaristas, incluindo aí grupos armados e o fundamentalismo religioso, estão atuando nas periferias das grandes cidades, nas zonas rurais e nas áreas de conflito deflagrado, ameaçando e cumprindo ameaças. Eles querem fazer da campanha eleitoral uma praça de guerra, seguem destilando ódio contras as mulheres, povos indígenas, quilombolas, dissidentes sexuais e lideranças populares, e fortalecendo a polarização entre Lula e Bolsonaro, de forma despolitizada e baseada em mentiras disparadas em redes sociais, estruturadas de formas a parecerem verdades.

As análises de cenários indicam riscos de Bolsonaro realizar suas ameaças golpistas antes ou depois do pleito, reeditando a aventura trumpista do Capitólio nos EUA. Mas, como lá, tem fortes indícios de que não seriam vitoriosos. Todavia, como diz o ditado popular, ‘gato escaldado tem medo de água fria’. Não nos custa lidarmos com estas constantes ameaças de forma crítica, porém precavida. Várias organizações e movimentos sociais, entre os quais o SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, recorreram à ONU solicitando acompanhamento das eleições de outubro, sabendo que isso não resolve, mas ajuda a ampliar o apoio internacional à resistência, na hipótese em que algo desse tipo ocorra.

Mas a esperança vai vencer o medo, novamente. As pesquisas eleitorais

já indicam a possibilidade de Lula vencer as eleições presidenciais. Embora pesquisas não meçam correlação de forças na política, estas indicam possibilidades alvissareiras, ainda que saibamos que a eleição não é suficiente para conter a crise econômica e social na qual o Brasil foi colocado. Para os movimentos sociais e a esquerda em geral fica o grande desafio: impulsionar uma vitória da candidatura Lula no primeiro turno com uma margem que iniba as tentativas golpistas.

Para nós, dos movimentos sociais autônomos, como movimento feminista do qual participo, o desafio se amplia: precisamos manter nas ruas e na agenda de debate na sociedade, durante a campanha eleitoral, as nossas pautas. É o momento de plantar e fazer crescer a força popular, em bases programáticas, para podermos regar e colher frutos na conjuntura que vai se abrir após as eleições 2022.

*Sistema político, sub-representação
e garantias democráticas*
26.07.2022

Há 15 dias eu falei por aqui sobre a escalada da violência política promovida pelos bolsonaristas no contexto eleitoral e como ela se articula com as ameaças golpistas do presidente. Aquilo se confirmou, porém, foi fortemente rebatido pela sociedade civil e até por instituições do Estado. Vencemos uma batalha. Mas, com o nosso sistema político, quem nos dará as garantias democráticas?

Neste conflito, além de movimentos sociais e outras organizações da sociedade, os Tribunais Superiores, as forças armadas na ativa, a presidência do Senado, as associações de profissionais da polícia federal e da ABIN (quem diria?) deram sinais de não aceitação do golpe. Falam que setores empresariais também estão articulando uma nota pública. Tudo isso indica um certo isolamento do presidente.

Um golpe para se confirmar carece de apoio do mercado, das armas e também da comunicação corporativa. Não há como ser bem-sucedido sem o mínimo de respaldo popular. Não há maiores indicativos de uma quartelada. Todavia, isso não exclui as tentativas de golpe por dentro da institucionalidade, como a hipótese de uma mudança brusca de regime a partir de decisões no Congresso Nacional que leve a um consequente adiamento das eleições. Isso também necessita sustentação política, o que não está nítido no horizonte, mas quem nos garante? De que forma esse sistema político pode nos dar garantias democráticas?

A conjuntura da relação entre os poderes da República produz insegurança democrática. Mas a estrutura geral também. A nossa República, nascida de um golpe militar, nunca foi suficientemente democrática. Exemplo disso é o fato de termos saído da ditadura militar sem justiça de transição. Do ponto de vista político-cultural, isso contribuiu para apagar a memória do terror que, agora, volta nos assombrando com o neofascismo bolsonarista.

Outro exemplo gritante de quão pouco democrática é nossa democracia é o grau de desigualdade em nosso país e a sub-representação nos poderes dos grupos sociais mais vulnerabilizados pelo patriarcado, pelo racismo e pelo sistema econômico que estruturam a nossa vida. Nós mulheres, sendo mais de 50% do eleitorado, somos apenas 15,8% no Congresso Nacional. De 27 governadores eleitos em 2018, apenas uma mulher. A sub-representação só aumenta se olharmos para as pessoas negras, os povos indígenas, as juventudes, a comunidade de pessoas que se contrapõe à ordem heterossexual e o binarismo de gênero.

E por qual razão nós mulheres temos uma presença tão pouco expressiva no poder político? Não acreditem que é por falta de vontade ou porque as almas femininas não nutrem tais desejos. Simplesmente o sistema político apresenta pouca disposição para rever a legislação que o rege, de forma que ela enfrente a desigualdade sexista estrutural em nossa

sociedade. As poucas mudanças, conquistas do movimento feminista, como a cota de candidaturas por sexo e a recente obrigatoriedade de melhor partição de recursos e tempo de propaganda, se mostram insuficientes para uma mudança radical na representação das mulheres.

Nos espaços políticos dos movimentos sociais, nós mulheres, somos maioria. Quanto mais próximo do local é a instância do movimento, maior é a presença de mulheres. O mesmo ocorre nos partidos de esquerda. Já nas instâncias estaduais e nacionais tem o número bem menor de lideranças femininas. Isso vem mudando com as conquistas feministas de paridade entre os sexos nesses espaços políticos, porém, a concentração de poder nos homens também aí se faz sentir.

Isso ocorre porque nós mulheres ainda somos responsabilizadas socialmente pelo trabalho doméstico e pelos cuidados com crianças e idosos, isso exige tempo e presença constante. Além disso, o Estado não provê de forma suficiente serviços para cobrir as necessidades familiares de reprodução. Às mulheres resta fazer política com tempo escasso, exaustas pela sobrecarga e aproveitando apenas as possibilidades locais que nos mantêm próximas aos nossos. Os espaços políticos, mesmo os de esquerda, pouco se responsabilizam pelo enfrentamento deste problema.

Como se isso não bastasse, somos ainda criadas para busca de harmonia e para não competição, em especial com os homens. Criadas para servi-los. Isso se traduz na política como limites subjetivos para assertividade ou como estigmas que nos perseguem no exercício do poder.

Para as mulheres que, apesar de tudo isso, se colocam integralmente no jogo e assumem a linha de frente das disputas, o sistema e os homens reservam a violência política. São formas sutis ou nitidamente escancaradas de nos “colocar no devido lugar”, de bradar que a política não é para as fracas, para as mulheres. Só que não. Nós mulheres feministas declaramos em alto e bom som: lugar de mulher é onde ela quiser!

Falei da sub-representação na política dos grupos sociais que enfrentam

as desigualdades para chamar a atenção para os riscos que corremos. São as pessoas mais vulnerabilizadas que constituem o alvo preferencial das forças bolsonaristas. Nesta campanha eleitoral manteremos a presença da política com amor, do respeito aos adversários, mas não podemos aceitar mais nenhum sacrifício. Tanto a sub-representação como a escalada da violência só serão enfrentadas com a força popular negra e feminista nas ruas. A única garantia democrática que temos é nossa coragem de seguir lutando.

*Representatividade importa,
programa também!*
09.08.2022

O debate eleitoral de 2022, assim como nas últimas eleições, tem colocado em evidência a questão da representatividade. Nada mais necessário, uma vez que o sistema político brasileiro não está organizado a partir da ideia de enfrentar o problema da sub-representação de setores populares, mulheres, pessoas negras, povos indígenas, deficientes, jovens e todas as pessoas que vivem em condições desiguais. Nada mais acertado com o espírito do tempo. Desde o assassinato político da vereadora carioca Marielle Franco, o enfrentamento da sub-representação pela via eleitoral tem se fortalecido. Mas hoje vou puxar o debate para o outro polo: a questão programática. Sim, porque não basta representar identitariamente, é preciso defender posições programáticas que enfrentem as desigualdades que as pessoas a serem representadas vivem.

Nas eleições no Brasil, e em particular, em Pernambuco, temos várias candidaturas de mulheres para o parlamento estadual e federal, entre elas mulheres negras, também temos muitas candidaturas oriundas da classe trabalhadora, várias ligadas a movimento sociais: sem terra, sem teto, sindical, de mulheres, lgbt, negro... e, nelas, podemos verificar

compromissos assumidos com as causas às quais se vinculam.

Para a eleição majoritária no Estado, senado e governo, também se sobressaem candidaturas de mulheres, embora a maioria seja de homens. Convém examinar que ideias e propostas estão sendo defendidas por estas candidaturas, a quais programas partidários estão vinculadas, com quem se aliam, para podermos ir além da escolha baseada na representatividade de gênero, que é importante, e fazermos escolhas programáticas, ou seja, apoiar as candidaturas que, por sua trajetória e por seus compromissos atuais, nos parecem mais próxima das causas de justiça social que defendemos. Se aliam a isso a representatividade de gênero, raça e classe, muito melhor.

O movimento feminista tem acumulado plataformas, ao longo das eleições desde o período da redemocratização pós-ditadura militar, com as quais tenta firmar compromissos das candidaturas de esquerda por ocasião dos pleitos. Vou expressar aqui uma síntese não muito rigorosa, a fim de dialogar com leitores e leitoras sobre suas escolhas.

Um primeiro compromisso demandado a candidaturas que desejam o apoio feminista é que elas se comprometam a lutar para que todo mundo, a sociedade, veja que as relações sociais que conferem maior valor e maior poder para os homens em todos os âmbitos da vida, em detrimento das mulheres, não são obra da natureza, são um problema social, uma injustiça. E, ainda mais, que além do patriarcado, o racismo também é estruturante e faz com que as mulheres negras vivam em condições bem piores, em lugares segregados, com pouquíssimas possibilidades de trabalho e renda, e submetidas à violência do Estado. Tudo isso sustenta o sistema capitalista. Por isso, a uma campanha do campo de esquerda, popular e democrático, cabe assumir o desafio de mudar esta realidade, seja pela atuação no parlamento, seja no poder executivo.

Daí você pode pensar o que eu quero muito: a partir do âmbito do legislativo, não dá pra mudar o mundo. Mas ter esse compromisso faz com

que todas as proposições legislativas, fiscalizações e pronunciamentos a serem feitos nos mandatos sejam pautados por aí. É isso que esperamos de deputados/as estaduais e federais comprometidos/as com os movimentos sociais e, especialmente, com o movimento feminista. Isso exige um mandato (ou uma mandata) engajado nas lutas e perspectivas que os de baixo estão construindo. Esse apoio é valioso e fortalece a luta das mulheres.

Outro compromisso é com um modelo de desenvolvimento para Pernambuco. É preciso ter uma proposta que gere envolvimento (participação) e que contemple o enfrentamento das condições de vida às quais a maioria das mulheres estão submetidas. Defender o fortalecimento da economia, para nós, só é possível com justiça socioambiental andando junto. As mulheres que produzem e fazem alimentos saudáveis devem ter políticas e financiamentos adequados, assim como aquelas que vivem no trabalho informal nas cidades, e que são majoritariamente negras.

É necessário rever o arcabouço institucional da participação popular construído no último período. Ele não se mostrou suficiente para a democratização das decisões sobre políticas públicas garantidoras de direitos, sobre a economia e grandes projetos de desenvolvimento que impactam fortemente os modos de vida de populações tradicionais e também os territórios urbanos. Precisamos de mandatos que se comprometam com a perspectiva de impulsionar a democracia direta e a reestruturação do sistema político brasileiro.

As políticas sociais integradas para enfrentar a pobreza e a violência sexista também devem ser um compromisso dos mandatos. E isso diz respeito tanto às proposições legislativas quanto à fiscalização das ações do poder executivo. Para que as políticas para mulheres sejam implementadas, além do movimento social pressionando, precisamos do apoio dos mandatos populares. Por este caminho podemos enfrentar o aumento exorbitante do encarceramento das mulheres negras, o abandono dos seus filhos perdidos para a “política de guerra às drogas”, o crescimento da morbimortalidade

materna, em especial causada por abortos feitos clandestinamente, neste país que criminaliza as mulheres que decidem sobre suas vidas.

Por fim, o que dizemos para as candidaturas ao parlamento serve também para as candidaturas majoritárias ao Senado e ao Governo de Pernambuco. Este ano, nós eleitores e eleitoras, escolheremos apenas uma pessoa para o Senado, e temos candidaturas que aliam representatividade e compromisso político, o que torna mais fácil a escolha. Teremos também a difícil tarefa de escolher o governo do Estado, mas sobre isso falaremos na próxima quinzena. Eu, como muita gente do campo democrático e popular, de esquerda, estou refletindo muito sobre as alternativas que estão postas, e também sobre a ausência delas.

Escolha difícil na eleição de Pernambuco

23.08.2022

Foi dada a largada. A campanha eleitoral está nas ruas. Mas ainda não pegou pique e nem volume. Depois de quase três anos de vida em pandemia, seis anos pós-golpe parlamentar misógino contra a presidenta Dilma Rousseff, passando pela prisão do presidente Lula, estamos na expectativa ainda que a campanha se agigante em mobilização popular. Com o começo dos grandes comícios semana passada e as entrevistas na emissora prateada por estes dias, se imagina que vai começar a esquentar. Enquanto isso, em Pernambuco, o embate segue nas mídias, reuniões, e tímidas bandeiras tremulando nos semáforos.

O volume de campanha não é apenas uma produção mercadológica. Historicamente tem muito a ver com adesão popular. E, mais ainda, com o peso dos movimentos sociais e partidos de esquerda que tinham/têm atuação militante. Para crescer é preciso mais que pessoas pagas nas esquinas segurando bandeiras ao mesmo tempo em que olham o celular, é preciso a força viva do desejo de mudança que a militância tem e se expressa

em número de pessoas nas ruas, em adereços nos carros e bicicletas, em camisetas estampadas no peito, em postagens espontâneas nas redes sociais e mais uma série de manifestações. Esta semana que se inicia irá ser palco do crescimento deste desejo.

É preciso eleger Lula com uma grande campanha de rua, que paute no debate o projeto de bem viver para as maiorias deste país, e que encerre o jogo no primeiro turno. Isso pode acontecer e permitirá que a sua força, ao governar, seja maior. Embora as alianças construídas não sejam politicamente confortáveis para as pessoas de luta, é preciso agarrar esta possibilidade de imprimir uma forte derrota ao bolsonarismo miliciano e fundamentalista.

Além de garantir a vitória de Lula, ao mesmo tempo, as ruas e as redes são o espaço para construir uma grande bancada de esquerda no Congresso Nacional, o que não está fácil. As candidaturas proporcionais, por mais fortes e aguerridas que sejam, precisam de candidaturas majoritárias que puxem a campanha para cima, dando volume e consistência programática. Lula não pode ser o único puxador, até porque ele virou uma espécie de salvação nacional, ao qual todo mundo pode aderir.

Em Pernambuco o cenário eleitoral está muito complexo. Não represento aqui uma visão de conjunto da militância de esquerda, libertária, autônoma, de movimentos sociais e de partidos que se afinam com ela. Quero expressar, entretanto, a partir do lugar de militante feminista, um sentimento que chega a mim de vários coletivos que lutam por direitos e pessoas conscientes e preocupadas com os rumos das eleições em nosso estado, especialmente as majoritárias, mas sabendo que elas podem ter forte impacto sobre as proporcionais.

Tudo indica que a composição da chapa da maioria do eleitorado, considerando o voto para as majoritárias e para as proporcionais, não siga critérios programáticos e/ou partidários muito coerentes. Nem mesmo a votação da militância de esquerda, que é objeto desta reflexão aqui. Muita

gente está compondo seu voto misturando partidos de direita, de centro e de esquerda, porque as ofertas também não estão muito coerentes e aí muitos se fixam nas trajetórias individuais de cada candidatura, o que, por sua vez, rebaixa o debate programático.

As candidaturas majoritárias para Senado e Governo do Estado têm um espectro político amplo, mas numericamente muito masculino e fortemente marcado pelas heranças familiares de poder, que são constantes no nosso sistema político nada afeito à renovação e à juventude. Para o Senado da República a escolha é mais simples. Temos duas candidaturas de mulheres de esquerda representativas de nossas pautas, da luta sindical e da cultura. Teresa Leitão, pelo PT, e Eugênia Lima, pelo PSOL, são possibilidades para a escolha de quem quer fortalecer os rumos da retomada de direitos em nosso país. As possibilidades de vitória hoje se apresentam mais para uma do que para outra, até porque são trajetórias políticas e leque de alianças muito diferentes. Todavia, vencer ou marcar posição pelo voto é uma definição que só existe na reta final da campanha.

Para o Governo do Estado, temos uma miríade de candidaturas que vai da extrema direita bolsonarista até aos partidos que se postam à esquerda de Lula, porém nenhuma daquelas que hoje aparecem com possibilidades de vitória defendem historicamente as pautas feministas populares. A maior tarefa nesta eleição em Pernambuco é combater o inimigo principal, impedir que aqui se fortaleça, com o governo, o bolsonarismo que queremos extirpar de nossa vida nacional. Daí, que um bom critério para escolha de candidata ou candidato a governador/a é o apoio a Lula para presidente da República. Mas, desta vez, muita gente apoia Lula.

Nas pesquisas de intenção de voto temos duas candidaturas de mulheres à frente, uma com larga vantagem e a outra variando entre segundo e terceiro lugar, em diferentes levantamentos de opinião. Isso poderia ser motivo de alegria para o movimento feminista, mas não é. Como já disse na quinzena anterior, representatividade importa, mas não é tudo.

É preciso compromisso programático com nossas causas, e isso se faz ao longo de uma carreira política e não apenas no momento eleitoral. Ainda mais quando se faz questão de manifestar-se publicamente contra a legalização do aborto, sendo o aborto a principal causa de morte materna e sua criminalização um dos principais mecanismos legais de controle patriarcal sobre o corpo das mulheres.

Existe a hipótese de, em Pernambuco, a eleição para governo ser definida no primeiro turno. Mas é improvável. Existem cinco candidaturas fortes na disputa, entre as quais, uma à frente com largueza, o que garante a ida para o segundo turno, e quatro emboadas disputando segundo lugar, entre elas, o candidato oficialmente apoiado pelo presidente Lula, mas que carrega nas costas os anos de domínio do seu partido no estado de Pernambuco e seu descaso com a vida do povo, além do seu próprio clamor entusiasta no momento do golpe de 2016. Claro que o chamado ‘peso da máquina’ e o apoio de Lula podem alavancar esta candidatura, mas, sem dúvida, a disputa irá para o segundo turno.

Pensando que a eleição para governo é em dois turnos, talvez a escolha seja mais fácil. Sim, porque o voto no primeiro turno pode ser mais de acordo com suas convicções políticas, com partidos e/ou visões de mundo que te interessa fortalecer na democracia brasileira. É aí que as candidaturas mais à esquerda podem crescer. Mas isso depende da capacidade de articulação e do fomento ao debate programático, construído a partir das pautas das lutas sociais. O discurso indiferenciado e insosso é o maior adversário deste campo político. Das posições programáticas adotadas depende o crescimento ou não das campanhas de esquerda para o Governo do Estado, mas sem esperança de que uma delas chegue ao segundo momento da disputa.

No segundo turno, ocorrem novas composições político-partidárias, e é possível configurar um novo espectro político nas candidaturas em disputa. O voto da militância de esquerda pode ir para aquela candidatura

que apoiou Lula no primeiro turno. Na hipótese das duas terem feito isso, pode ir para a candidatura que o apoiou desde sempre. Parece apenas um jogo de palavras, mas pode ser uma estratégia para definições individuais e/ou para a escolha política de coletivos e movimentos que têm disposição para entrar na campanha eleitoral, contribuindo com esse momento histórico.

*Qual a temperatura do 7 de setembro?
Quente ou frio?*
06.09.2022

Quanto mais nos aproximamos das eleições gerais, mais a tensão aumenta em face da polarização na escolha para a Presidência da República. Fica no ar uma expectativa, às vezes, esperançosa, e, às vezes, temerosa. Circula, com maior ou menor ênfase, a ameaça de que algo aconteça e impeça o desenrolar do processo eleitoral. Este 7 de setembro, dia da suposta independência do Brasil, pode ser um marco em tudo isso. O atentado contra a vice-presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, parece ter aumentado a temperatura.

Será que o bolsonarismo tem condições de montar manifestações semelhantes às do ano passado? Ou recuaram diante da campanha eleitoral e das denúncias de que 14 caminhões que cercaram o STF pertenciam a apenas um empresário, amigo do Procurador-Geral da República, e que troca ideias até hoje sobre um possível golpe com amigos de classe em grupo de WhatsApp?

7 de setembro, na tradição brasileira, há muito tempo, é o dia da demonstração de poder das Forças Armadas, a chamada parada militar. Mas já há algumas décadas foi gestado um contraponto: o Grito dos Excluídos, agora também das Excluídas. É um movimento, uma articulação criada a partir de diversas experiências ligadas à Teologia da Libertação, e

que hoje oferece espaço para uma expressão de conjunto das lutas sociais.

Nos últimos anos, o Grito tornou-se expressão também da campanha Fora Bolsonaro, coordenada pela Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo. Em 2022, a campanha está chamando uma mobilização para o dia 10 de setembro, possivelmente evitando um contraponto direto com as manifestações bolsonaristas previstas para o 7 de setembro. Todavia, muitos movimentos sociais terão presença ativa no Gritos dos/as Excluídos/as. Frente a parada militar nada melhor que o movimento civil.

Isso significa que o conflito de campos políticos, ou, simplificando, entre Lula e Bolsonaro, vai estourar neste 7 de setembro? Provavelmente não. Entendo que a correlação de forças, apesar da tensão, não está indicando possibilidades de esquentar tanto. Mas o que é improvável não é impossível.

Neste momento a campanha para presidente ainda não alcançou alta intensidade. Em Recife, cidade na qual as pesquisas de opinião indicam forte preferência pelo candidato da Esperança, não se vê ainda a força desta posição expressa em panfletagens, nas camisetas no corpo, nas plaquinhas em bicicletas e adesivos nos carros. Está, um pouco, nas redes sociais. Circulando pela cidade vemos conjuntos de bandeiras diversas nos grandes cruzamentos, fixadas ao chão por pedras de cimento, tremulando ao vento. O vermelho brilha, mas Lula está apenas presente em proporção menor nas propagandas das candidaturas majoritárias ou proporcionais, mas é ele o grande chamador de votos. Não vemos campanha de Lula, específica, nas ruas. É um problema ou uma estratégia? Prefiro não comentar o que não posso afirmar. Torço para que esta situação seja só aqui, no emaranhado confuso da eleição para governador/a. Até porque, na hipótese de se aprofundarem as aventuras violentas por parte do bolsonarismo, precisaremos de muita força popular na resistência.

Falo de uma tensão sentida, que me atravessa, e que escuto nas manifestações, nos bares e nas reuniões, e que não se expressa nos debates de campanha, talvez porque pode gerar medo ou apatia. Um exemplo é o

debate entre presidenciáveis na TV. Vimos muito tempo ser gasto com as questões sobre corrupção, sem resposta firme, mas que ao fim e ao cabo são questões sempre alegadas pelas elites ao longo da história do Brasil, sempre que querem usurpar o poder, o que nem sempre conseguiram.

Por sorte, outro tempo do debate, cerca de 60%, segundo a Folha de São Paulo, foi tomado pela discussão da questão das mulheres, embora o racismo estrutural que impacta esse grupo social não tenha entrado na conversa e a paridade entre os sexos na composição do ministério não tenha sido assumida nem como horizonte utópico. Uma das candidaturas femininas usou abusivamente o feminismo em causa própria, sem revelar a sua trajetória de compromisso com o patriarcado e o neoliberalismo, e mesmo com Bolsonaro. As redes sociais, na sequência do debate, foram o palco da revelação da trajetória da primeira candidata e da outra bolsonarista de outrora, defensora das armas e da perseguição aos povos indígenas. Apesar disso, analistas dizem que isso alterou os recentes resultados de pesquisa, favorecendo-a e colocando em risco a vitória de Lula no primeiro turno.

Mas, como disse Juliana Romão, da campanha Meu Voto Será Feminista, em recente debate sobre democracia promovido pelo SOS Corpo, como um mantra aprendido no parto: “no momento de maior dor, faça a maior força”. Essa é a tarefa. Esta é a principal eleição de nossas vidas. Derrotar o fascismo pela via eleitoral é o caminho que está dado para mantermos a possibilidade de continuar lutando. Temos que aumentar a força daqueles e daquelas que lutam agora, e não amanhã, e a campanha eleitoral pode ser um instrumento para isso. Desde que ela seja bravamente aquecida.

Eleger Lula no primeiro turno é não só um grande desejo, é a principal tarefa do momento para todo mundo que quer construir uma democracia que seja capaz de enfrentar as desigualdades em que vivemos. É preciso esquentar o debate programático, ampliar as motivações, e não apenas resgatar o passado. Precisamos articular a eleição de Lula com a votação

para o parlamento federal e estadual, para o Governo e o Senado. Mas não podemos esquecer que o voto de cada eleitor/a não segue regras tão nítidas, é decidido a partir de múltiplas influências, daí fazer a campanha para eleger Lula presidente é necessário e urgente. Na expectativa que possamos seguir na luta para construir a felicidade que desejamos.

Escolha bem sua representação no Parlamento

20.09.2022

Neste 2 de outubro poderemos avançar no enfrentamento da sub-representação no sistema político brasileiro? Sim, porque além de eleger o presidente Lula e por fim nos tempos tenebrosos que vivemos, precisamos ampliar a força política e a representatividade das mulheres, negros/as, povos indígenas, juventudes e de quem vive do trabalho e não do lucro, ou seja, colocar as maiorias do povo brasileiro representadas no Parlamento. Por que é tão importante escolher bem as/os parlamentares que vão nos representar? Simples, para que realmente nos representem. Razão pela qual hoje vou convidar a pensarmos juntas sobre a importância da eleição de deputadas estaduais e federais, e por que devemos escolher entre aqueles e aquelas que são oriundos dos movimentos sociais.

Nós, mulheres, somos 52,7% do eleitorado, mas de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, nas eleições de 2020 foram eleitas apenas 12,05% de prefeitas e 16,52% de vereadoras. Nestas mesmas eleições, entre os prefeitos eleitos, somente 32% se declaravam negros. Apesar de sermos a maioria do eleitorado, nós mulheres ocupamos apenas 15% das vagas na Câmara dos Deputados e apenas 12% das vagas no Senado e nenhuma delas é negra. Agora em 2022, ainda segundo o TSE, 178 indígenas são candidatos/as aos cargos em disputa, o que significa 0,63% das candidaturas. Estes são simples exemplos da sub-representação no nosso sistema político dos segmentos sociais que constituem o povo brasileiro.

O Senado, embora seja a câmara alta do Parlamento federal, é eleito de forma majoritária, ou seja, cada estado da federação tem seus representantes nesta Casa escolhidos pelo eleitorado de forma independente da proporção de eleitores em cada estado. É usado o mesmo método da eleição para o Poder Executivo: majoritário, igual à eleição de governador/a. Significa que uma unidade da federação que possui um pequeno número de eleitores tem o mesmo número de senadores de outra unidade que tem dez vezes mais. Além disso, os/as senadores/as tem oito anos de mandato, com mudança de parte da turma em cada eleição, o que faz com que este ano cada estado eleja apenas uma pessoa para o Senado, com sua suplência. Já o voto para eleger deputadas é contado de maneira proporcional e a quantidade de vagas é equivalente à quantidade de votantes naquele estado.

Às senadoras e senadores cabe processar e julgar os crimes de responsabilidade de ministros do Supremo Tribunal Federal, de membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, do Procurador-Geral da República e da Advocacia-Geral da União. Além disso, cabe ao Senado avaliar a escolha de pessoas que irão ocupar cargos como os de ministros de tribunais superiores, como do Supremo Tribunal Federal. Mas a sua missão cotidiana é revisar as decisões legislativas da Câmara dos Deputados, tarefa, a meu juízo, desnecessária numa República democrática.

As deputadas e deputados federais atuam na Câmara, em Brasília, e têm como responsabilidades propor, discutir e aprovar leis, que podem alterar até mesmo a Constituição, são as famosas PECs – Propostas de Emendas à Constituição. Além disso, aprovam ou não as medidas provisórias, propostas pelo Presidente da República, e o Orçamento Público, que diz para onde vão ser destinados os recursos arrecadados com os impostos que pagamos. Além de legislar, outras funções são fiscalizar e controlar as ações do Poder Executivo. Para isso, a Câmara Deputados conta com o Tribunal de Contas da União (TCU), órgão responsável por avaliar a aplicação dos recursos públicos. Parlamentares federais também podem solicitar

informações a órgãos do governo e aos ministros, que são obrigados a prestar explicações.

A deputada estadual tem funções muito semelhantes, só que no âmbito de cada unidade da federação. As principais tarefas são legislar, ou seja, criar leis, definir o orçamento do estado e fiscalizar a atuação do chefe do Executivo. Nesta campanha, se, por acaso, você escutar que uma das propostas da candidatura é construir mais escolas, saiba que isso não é competência de quem vai ocupar a Assembleia Legislativa, portanto, é uma tentativa de iludir o eleitorado. Agora, se a proposta for criar lei para aumentar o número de creches nos distritos com mais de dez mil habitantes, sim, isso é possível, basta que a parlamentar proponha um Projeto de Lei – PL e consiga aprová-lo.

Na Assembleia Legislativa, assim como na Câmara dos Deputados, primeiramente, os projetos são discutidos nas comissões permanentes e só depois eles são enviados para debates e possível aprovação no Plenário. Uma delas é a Comissão de Constituição e Justiça, onde é analisado se o projeto não desrespeita princípios da legislação estadual ou federal, e ele é aprovado ou rejeitado. No caso de rejeição, a tramitação para aí, no caso de aprovação, pode ir para alguma comissão específica do tema e, se aprovado, para o plenário para ser decidido por todos os deputados e deputadas. No dia da votação, inclusive, é preciso que haja um número que corresponde a um terço de todos/as os/as deputados/as eleitos/as para que tenha quórum e aconteça a votação, e que a proposta ganhe apoio da maioria, para ser aprovada. Em todos esses espaços, é necessário segurar o debate com fortes argumentos, fazer muita articulação política e também contar com grande pressão popular, ou seja, não é uma missão tão simples quanto parece. Portanto, é preciso escolher parlamentares comprometidas com as nossas lutas, com disposição e muitos posicionamentos políticos nítidos para enfrentar estas disputas.

A deputada estadual deve estar ciente de que seu papel também é fiscalizar

o Poder Executivo, ou seja, o/a governador/a e secretários/as estaduais. Isso acontece através de pedidos de prestação de contas e fiscalização de ações administrativas. Existe também a possibilidade de criação das Comissões Parlamentares de Inquérito – CPIs, que nada mais são do que comissões de parlamentares para investigar possíveis ilícitos na administração, além de receber denúncias e encaminhar processos em caso de crime de responsabilidade cometido pelo/a governador/a do estado.

Disse tudo isso para chamar atenção para a tarefa de escolha de nossas/os representantes no parlamento estadual e federal. Como é sabido, o voto no Brasil é nominal misto. Você vota em uma pessoa, e todos os votos dela serão somados com os votos dos outros candidatos do seu partido ou federação partidária, e se atingir o coeficiente eleitoral (um valor baseado no número de votos válidos), a pessoa mais votada é eleita. A segunda eleita depende da sobra, considerando que outro partido também atingirá o coeficiente e elegerá uma primeira. E assim, sucessivamente.

Tem gente que pensa que votar em quem já tem uma candidatura forte não ajuda muito, mas, dependendo da circunstância, pode ser o contrário. A votação de esquerda para o Parlamento quando é mais dispersa pode fazer com que nenhuma das candidaturas daquela linha política seja eleita. Serve, todavia, para marcar posição e indicar possibilidades em disputas futuras. Daí ser uma decisão, e uma aposta, difícil, quando temos muitas candidaturas representativas de esquerda.

Você pode votar em alho e ajudar a eleger bugalho. Por isso a importância de você escolher não apenas o/a candidato/a, mas também o partido e/ou federação ao qual a pessoa está vinculada e qual é o programa que esta agremiação defende. Isso significa que votar na esquerda, em um programa de defesa de direitos, não é apenas uma escolha de uma pessoa a eleger, seja para deputada/o ou para governadora/o, mas também significa escolher a posição política do partido ao qual ela pertence no momento. Escolher quem tem vínculo com as lutas populares por direitos, quem é indicada

pelos movimentos sociais que tocam estas lutas, é uma garantia de estar do lado certo da história.

Na eleição para governador/a temos o instituto de dois turnos. Isso facilita muito a tomada de decisão. No primeiro turno você pode escolher com a firmeza de sua posição política, isto é, quem comunga da sua visão de mundo ou mesmo pertence a uma força política que você quer fortalecer, mesmo que esta pessoa não vá ser eleita. E, no segundo turno, que tem caráter plebiscitário, você pode escolher a proposta menos ruim, que mesmo estando em um partido mais à direita se posicione o mais longe possível do bolsonarismo, que receba apoios do centro e da esquerda e assim possa compor um governo mais ao centro, mas suscetível à pressão das demandas populares.

Outubro ou nada

04.10.2022

Lula foi vitorioso no primeiro turno. Teve quase 6 milhões de votos à frente do outro candidato aquele que está no governo, tem a máquina e quebrou o Estado brasileiro. Por que, então, predominou um sentimento de derrota na esquerda? As pesquisas de intenção de voto e a onda de posicionamentos de personalidades públicas a favor da candidatura Lula na última semana geraram uma expectativa alta de vitória no primeiro turno, muito embora nada pudesse garantir isso. E, ao não acontecer, o impacto foi sentido. Certamente, nesta semana, os ânimos serão revigorados e outubro verá a retomada das ruas pelo vermelho da esperança.

A ideia era que o voto útil migrasse das candidaturas da chamada terceira via para a candidatura Lula, entretanto, parte dele migrou para a candidatura Bolsonaro, aumentando o seu percentual de apoio nas eleições. Além disso, a campanha Bolsonaro gerou um mundo paralelo de desinformação e intimidação daqueles que discordam de sua linha. A

campanha Lula não conseguiu gerar uma onda de movimentação nas ruas que quebrasse os sentimentos de medo causados pelo outro lado. No dia 2 de outubro muita gente não saiu de vermelho e não colocou adesivos no peito. Muitos ficaram em dúvida se deveriam comemorar caso Lula fosse eleito naquele dia. Tudo isso se deve ao clima de terror que o neofascismo conseguiu implantar no país.

Apesar disso, passados dois dias do resultado eleitoral, vê-se que a leitura dos números demonstrou claramente não apenas a eleição de Lula em primeiro lugar, mas possibilidades fortes de vitória no segundo turno, dia 30 de outubro. No âmbito parlamentar, e para os governos estaduais, ganhou a esquerda e também a extrema direita. Tudo indica que, notadamente, o centro político perdeu. A próxima legislatura será bastante polarizada. Por um lado, a extrema direita, com vários ex-ministros do governo Bolsonaro no Senado e muitos deputados eleitos pelo PL na Câmara Federal, por outro lado a esquerda ampliada, como frente democrática, conta com vitória tanto numérica quanto qualitativa. Os partidos da campanha de Lula no primeiro turno, se somados aos que virão no segundo, reúnem o quantitativo necessário para garantir a chamada governabilidade. Do ponto de vista qualitativo destaca-se a renovação, a entrada de parlamentares indígenas, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e do movimento negro. Cabe registrar que a principal liderança do Movimento de Trabalhadores Sem Teto – MTST obteve mais de um milhão de votos em São Paulo para a Câmara Federal.

Um elemento importante dessa polarização que marcou o primeiro turno é que o clã bolsonarista teve que aceitar os resultados eleitorais, ou seja, apesar de todo receio do campo de esquerda, não houve golpe, nem questionamentos às urnas, nem uma onda maior de violência política no dia das eleições, nada disso aconteceu. Isso gera melhores condições para que, com a vitória de Lula no segundo turno, Bolsonaro esteja politicamente impedido de questionar os resultados eleitorais. Obviamente, caso Bolsonaro viesse a ser eleito no segundo turno, ele teria maiores

condições e possibilidade de mudar o regime político. Daí entraríamos numa era obscurantista e autoritária, mas isso não vai ocorrer. Lula vai ganhar as eleições no segundo turno, dia 30 de outubro, e a polarização dada fará com que a esquerda fique mais à esquerda porque a direita estará mais à direita. Com isso, as condições de o governo Lula ter apoio mais amplo da frente democrática, que o terá apoiado no segundo turno, são mais reais.

Nesse primeiro turno os movimentos sociais nacionalmente organizados atuaram como sujeitos políticos tanto lançando candidaturas orgânicas como colocando no debate eleitoral plataformas com suas pautas, para as quais angariaram apoio de inúmeras candidaturas para o parlamento e para os governos estaduais. Isso pode ser um elemento que ajude a construir uma correlação de forças no governo Lula mais favorável a estas causas.

A missão neste mês de outubro é eleger Lula Presidente da República, mas para que isso ocorra, com alteração da correlação de forças que marcou o primeiro turno, é necessário que a campanha ganhe as ruas, espaço que os movimentos sociais costumam ocupar com maestria. Não será possível impedir o fascismo de se fortalecer pela via eleitoral apenas ampliando os apoios institucionais.

Em Pernambuco, duas mulheres chegam ao segundo turno para disputar o governo. Seria isso uma vitória do feminismo? Sim e não. Sim, porque foi a luta feminista que criou as condições históricas de possibilidade para que isso acontecesse, que mulheres pudessem votar e serem votadas, que mulheres fossem vistas como seres autônomos responsáveis por suas decisões, capazes de se posicionar politicamente e assumir cargos de poder. Mas também não, porque ambas as candidatas não marcaram suas carreiras políticas pelo compromisso com as causas feministas.

Não basta falar da redução da violência contra a mulher, embora isso seja muito necessário, é preciso propor um modelo de desenvolvimento com justiça socioambiental que garanta trabalho, renda e vida digna para

todas nós. Uma política que faça com que os lugares em que vivem as mulheres negras chefes de família sejam protegidos da violência, e que também sejam lugares nos quais saúde, educação e lazer estejam presentes, para que seus filhos não sejam disputados pelo crime organizado nem mortos pela polícia do Estado. É preciso ir além de programas sociais e ter uma política econômica que possibilite empregos com direitos para mulheres que vivem na pobreza. É preciso enfrentar o racismo e o sexismo de forma concreta – e não com discursos –, com políticas que assegurem a participação e o poder de decisão, que sejam capazes de enfrentar as desigualdades sociais.

Nós, mulheres feministas, temos colocado no debate público a legalização do aborto como um direito de decidir autonomamente sobre nossa vida reprodutiva. Nós queremos decidir ter filhos e poder criá-los com condições de vida dignas, mas também queremos decidir não os ter e poder abortar em segurança, em hospitais públicos, quando ocorre uma gravidez indesejada, ou quando se é vítima de um estupro. Essa é uma pauta que está em debate nesse momento das eleições e mulheres comprometidas com mulheres a apoiam.

Essa eleição mostrou também a urgência da mudança radical do sistema político brasileiro. Um exemplo concreto é a votação de mais de 80 mil votos para Robeyoncé Lima, uma mulher preta, periférica e travesti, com um programa de esquerda defendido na campanha, que teve todo esse lastro de apoio e não vai nos representar na Câmara Federal, quando outras candidaturas com 60 mil votos foram eleitas deputados federais.

Esse sistema eleitoral, da forma como está organizado legalmente, cria uma ideia falsa de que o apoio popular para uma candidatura individual é suficiente para elegê-la. Não é. A eleição de uma parlamentar depende do coeficiente atingido pelo seu partido ou federação. Na eleição no Brasil se dá o voto em uma pessoa e ele é somado a todos os votos dados para seu partido/federação. Ou seja, atingir o coeficiente depende também de

todas as outras candidaturas daquele partido galgarem uma quantidade boa de votos. A forma como as eleições ocorrem, e as campanhas, passa a ideia de que basta votar em uma pessoa. E, por fim, gera uma injustiça sem proporções, como a que aconteceu com a candidata do PSOL, mas também com outras.

A candidatura de Robeyoncé, com poucos recursos e mais de 80 mil votos, é a demonstração de que o debate feminista, negro e LGBTQIA+ colocado na sociedade brasileira não tem retorno. A bancada de esquerda na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco – ALEPE é outro exemplo, com duas mulheres negras, Dani Portela – PSOL e Rosa Amorim – PT, sendo eleitas deputadas estaduais.

Nós, do movimento feminista, temos defendido que a eleição seja feita por listas partidárias fechadas como chapas, organizadas com alternância de sexo e raça, com o ordenamento das candidaturas sendo feito pelos encontros partidários, e que os partidos sejam obrigados a apresentar no debate público o programa político que vão defender. Isso permite que as pessoas que queiram ser candidatas se mobilizem para fortalecer seu partido, construir um programa e estar na lista em posições que lhes garantam eleição a partir da votação do partido. A eleição em lista fechada seria um elemento para gerar condições de enfrentar a sub-representação de mulheres, pessoas negras e jovens no parlamento, mas também fortaleceria a instituição ‘partido’ na sociedade brasileira e colocaria em discussão projetos políticos, o que não pode ocorrer na forma de hoje, com 35 agremiações partidárias que nada representam em termos de propostas de rumos para o país ou para cada unidade federativa.

Estes dois debates que estou colocando aqui, reforma política no plano federal e políticas públicas para enfrentar a desigualdade das mulheres no plano federal e estadual, são elementos fundamentais que poderemos trabalhar no próximo período. Não só o movimento feminista, mas o conjunto dos movimentos sociais que sai vitorioso dessa eleição pela sua

capacidade propositiva.

Agora em outubro, é tudo ou nada. A missão fundamental de todo mundo é ganhar corações e mentes para o apoio à candidatura Lula. Eleger Lula Presidente da República é derrotar o fascismo. Eleger Lula Presidente da República é gerar condições favoráveis para que possamos lutar pela retomada de direitos e pela reconstrução do Estado democrático de direito. Ainda que essa democracia não seja aquela com a qual sonhamos, precisamos dela para construir as possibilidades de sonhar.

É hora de redobrar as forças

18.10.2022

Tudo vale a pena quando a alma não é pequena, como diria o poeta Fernando Pessoa. A questão é como não apequenar a alma numa batalha tão feroz como a que estamos vivendo neste segundo turno das eleições no Brasil. No plano federal, a semana foi marcada pela frase “pintou um clima” proferida pelo candidato a presidente Jair Bolsonaro. No estado, a marca foi a neutralidade da candidata ao Governo de Pernambuco, Raquel Lyra. No domingo ocorreu o debate na TV e a campanha seguindo nas ruas. Tudo isso causa impacto nas perspectivas eleitorais, que não se regem apenas por pesquisas de opinião.

A fala do presidente Jair Bolsonaro em um podcast ao vivo afirmando que “pintou um clima” entre ele e meninas venezuelanas refugiadas no Brasil causou muita indignação e mobilizou protestos nas redes sociais. Posteriormente, reportagens afirmaram que o passeio de moto que ele enalteceu, e que o teria levado a um lugar onde as “meninas de comunidade se arrumavam para ganhar a vida”, era na verdade uma visita presidencial a uma obra social. Ao invés de ser um atenuante, isso torna tudo mais grave. O candidato-presidente se gabou, em uma live, com frase com conotação sexual, revelando seus desejos mais sórdidos. Ao ver meninas

que participavam de uma atividade de acolhimento à sua condição de vulnerabilidade, não imaginou o seu sofrimento e não teve compaixão, pelo contrário, projetou a ideia de entrar na casa delas para fins sexuais, com afirma sua expressão.

A explicação do fato, em sendo verdade, só o torna abjeto. Demonstra as intenções maléficas e a sordidez desta pessoa que ocupa o posto mais alto do país. Ademais, se ele fosse contrário à exploração sexual de crianças e adolescentes, aquilo que ele chama prostituição, tendo a autoridade que lhe foi constituída, deveria ter tomado providências em relação àquele crime. Nada fez, portanto, prevaricou. O que fez foi o contrário: guardou em suas lembranças toda a sua intencionalidade de usufruir dessa exploração e as vomitou na primeira oportunidade que teve para se vangloriar. Isso é que é terrível. Cai por terra qualquer filigrana de discurso em defesa de bons costumes moralistas. Nem pra isso esse presidente presta.

Em Pernambuco, vemos transcorrer a campanha de segundo turno com a disputa entre Marília Arraes e Raquel Lyra, reconfigurando os campos políticos no estado. Impactou negativamente o fato de Raquel Lyra estar se colocando como neutra em relação ao pleito presidencial. Não convém, politicamente, a alguém que disputa um cargo público de tanta responsabilidade política como é o Governo de Pernambuco tentar se colocar como neutra frente à disputa para Presidente da República.

Neutralidade só pode ser entendida, na melhor das hipóteses, como ela não dando importância às candidaturas que estão se confrontando no plano federal. Afirma que faz isso por se preocupar com Pernambuco. Porém, Pernambuco faz parte do Brasil. E Lula fez um governo aprovado por mais de 80% dos brasileiros, tirou o país do mapa da fome e sempre se baseou nos preceitos democráticos do fortalecimento das instituições, o que gerou condições para que ele construísse a amplíssima Frente Democrática que o apoia. Enquanto Bolsonaro está jogando o país na miséria, crivando de ódio, facilitando a liberação de armas e ameaçando

as institucionalidades democráticas com a implantação de uma ditadura que, a meu ver, é de cunho popular fascista e fundamentalista. Se isso não tem nenhuma importância, a ponto de uma candidata ao governo de uma importante unidade federativa como Pernambuco se colocar como neutra diante dessa disputa, o que mais terá importância neste país? Não é à toa que Raquel ganhou a adesão dos setores fundamentalistas religiosos que atuam na política pernambucana.

No domingo teve o debate entre os presidenciáveis. As pautas geradas pelas fake news difundidas pela campanha de Bolsonaro foram reiteradas por ele a cada fala. Lula trouxe pra TV em rede nacional as suas realizações de governo. Bolsonaro ficou parado como uma estátua, talvez para conseguir manter o controle, só caminhando um pouco no último bloco. Lula circulou pelo palco, sorriu, dirigiu-se à câmera, e desconcertou o adversário que ficou sem palavras em pelo menos uma ocasião. No final, Bolsonaro ganhou mais tempo de fala sozinho e jogou pra consolidar seu eleitorado. Lula ganhou direito de resposta e fechou falando com o público em geral.

Nas redes sociais e nas pesquisas qualitativas feitas com quem não votou em nenhum dos dois no primeiro turno, Lula saiu vitorioso. Isso é realmente o que interessa neste tipo de debate cuja metodologia impede uma verdadeira discussão programática dos caminhos para enfrentar os graves problemas do país. Falar com eleitores de outras candidaturas a presidente derrotadas no primeiro turno, com quem se absteve e com quem votou nulo ou branco é a grande tarefa destes últimos dias de campanha.

Apesar destes três elementos centrais na campanha eleitoral, esta semana eu gostaria de falar sobre um outro para encerrar alegrando os corações democratas. A passagem de Lula pelo Nordeste, nas várias capitais, e as multidões que foram mobilizadas, é a melhor resposta para a injúria bolsonarista contra o povo nordestino. Não podemos simplesmente não ter empolgação com o mar vermelho nas ruas do Nordeste e a festa da

democracia que ele gerou. Mas, certamente, isso não é tudo. Faltam vários dias para as eleições e elas só são decididas nas urnas.

Neste fim de semana ocorreram diferentes momentos da campanha eleitoral, além da imensa manifestação no centro do Recife que culminou na praça do Carmo. Foram panfletagens de porta em porta em bairros populares, nos mercados públicos e na porta de estádio, carreatas em bairros populares, manifestações artísticas em bares e praças, reuniões pequenas, banquinhas com café e conversa, confecção de bandeiras, camisetas e panos de prato, e muitas outras. Em todas elas salta aos olhos o apoio das pessoas de classes populares, com grande destaque para as mulheres que acolhem de muito bom grado o material da campanha e reafirmam a sua decisão de votar em Lula.

Apesar dos problemas de carência de material e até uma certa descoordenação da campanha, na Região Metropolitana do Recife pipocam atividades organizadas por grupos de amigos, movimentos populares, entidades nos bairros, jovens e mulheres. Estes grupos se organizam, produzem material e vão às ruas conquistar votos. O descontrolo da campanha de Lula é a sua força. Essa eleição será ganha pela capacidade de organização popular.

Lula venceu, a luta continua!

01.11.2022

Chegamos ao final da eleição de 2022. No domingo parecia que chegava o fim do mundo e não terminava a apuração. Foi muito tenso. Todas as pessoas democratas que acompanharam a eleição e, mais ainda, a apuração, estavam profundamente preocupadas com os destinos deste país. A hipótese assustadora de que Bolsonaro pudesse permanecer presidente do Brasil era por demais catastrófica. Enfim, Lula venceu. Nos envolvemos todos no livre exercício do direito à alegria. Foram muitas comemorações. Apesar

da turba bolsonarista ainda estar tentando impressionar com bloqueios nas estradas, o que demonstra que esta transição não será simples, já é hora de avaliarmos o que aconteceu e projetar desafios para o futuro breve que o próximo período pode contemplar.

Importa reconhecer que não obstante nós tendêssemos mais para a crítica, a amplitude política da frente democrática possibilitou a eleição de Lula. Ela conquistou a vitória e gerou condições para que, no decorrer do próximo período, a questão das relações democráticas do trato político entre adversários de ideias não se transforme em polarizações baseadas em anulação do outro, mas em debate de projetos de país. É um sonho? Pode ser. Mas, certamente, sem a vitória de Lula ele não poderia ser sequer sonhado. Nesta seara, muito precisa ser feito para que possamos realmente retomar e radicalizar a democracia, especialmente a participação social, rumo à construção do poder popular.

Os movimentos sociais e, mais precisamente, os movimentos populares serão reconhecidos pelo novo governo como sujeitos políticos com causas próprias e não apenas como apoiadores da linha traçada nos gabinetes do planalto. É um sonho maior ainda? Pode ser. Mas há que se ver que sem os movimentos, coletivos periféricos, comitês populares, a campanha não teria chegado ao enraizamento que chegou. Sem as músicas em todos os ritmos, os piseiros, as mobilizações locais, a produção de material de propaganda próprio, as banquinhas de vira voto, a campanha não teria tomado a dimensão que tomou. É preciso que estes sujeitos sejam ouvidos com suas próprias vozes. E o movimento feminista popular é um deles.

A disputa nas redes sociais, por sua vez, demonstrou a sua importância, mas, ao mesmo tempo, apresentou a dificuldade de uso do todo o potencial tecnológico e pragmático que as redes têm sem que se perca a perspectiva ética da política, que é cara para a esquerda. O mundo paralelo que o bolsonarismo criou é muito dificilmente acessado pelos que transitam na esfera pública como a conhecemos. Neste campo, este momento pode

contribuir para a aprendizagem sobre o que de fato acontece massivamente com as pessoas a partir de campanhas sistemáticas de desinformação, manipulação das emoções, articulação simbólica de referências e produção de novas sociabilidades levadas a efeito pelos aplicativos mensageiros e redes sociais com potencial imagético. Vai ser necessário debater o que isso implica no sentimento do que é verdade ou mentira e nas identidades políticas que vão sendo construídas ao longo do tempo e que se manifestam em um momento de enorme fluxo de relações de poder como é o momento eleitoral.

Os desafios que enfrentamos nesta campanha estão vivos: a divergência que bifurcou o país seguirá. Não que todos os eleitores de Bolsonaro sejam bolsonaristas, não o são. Muitas pessoas foram capturadas pela polarização, pelo antipetismo, pela orientação de voto dada pelo pastor ou pelo patrão e pela desinformação em geral. A campanha mobilizou muitos sentimentos que ainda precisam ser estudados. Mas importa reafirmar que cada eleitor dele tinha um Bolsonaro pra chamar de seu, ou seja, eles trabalharam com a ideia de grupos perfilados e cada perfil de grupo social recebia imagens de Bolsonaro que se adequavam aos seus desejos.

Os mecanismos comunicacionais usados pelo bolsonarismo em quatro anos, e não só na campanha, toldaram o debate eleitoral. Isso desafia a reconstrução do país em bases democráticas, incluindo aí a comunicação pública. É preciso discutir o sistema de comunicação e, mais ainda, a internet, tanto no sentido das desigualdades regionais e sociais de acesso, como na ausência total de padrões éticos que inibam manipulações como as que assistimos. As pessoas, e nossas subjetividades, estão sendo capturadas pelas grandes corporações através dos algoritmos. Produzimos dados para elas e elas manipulam nossas preferências, emoções, sentimentos e linhas políticas gerais. Certamente é possível resistir, mas para ampliar nossa força precisamos garantir uma ambiência a ser gerada pela democratização da internet. Esta é uma pauta fundamental para o próximo período.

Outro desafio que teve centralidade no reduzido debate programático da campanha foi a questão ambiental, e mais precisamente a Amazônia. Eu diria que se trata de uma questão de justiça socioambiental. A discussão deve ser, na nossa perspectiva, sobre a mudança de padrão da relação entre nós seres humanos e os outros entes vivos, a quem chamamos de natureza. E quais implicações esta relação tem para nossas condições de vida e das futuras gerações. Aqui há muito a ser revisto em relação ao primeiro período do governo petista, e muito a ser feito.

Não é possível neste espaço resgatar todos os desafios que o momento político coloca para a sociedade brasileira. Todavia, quero fechar trazendo à tona o debate sobre o direito ao aborto. Na legítima disputa pelo voto dos contrários, Lula colocou na pauta do último debate de TV esta questão. Ele, que em outros momentos já defendeu que o aborto é uma questão de saúde pública, neste momento trouxe o tema para fazer a crítica ao adversário colocando-o no lugar de defensor. Ocorre que a fala de Bolsonaro, de trinta anos atrás, citada no debate, defendia, a bem da verdade, o controle da natalidade usando como método o aborto. O controle da natalidade, contrário ao planejamento familiar, é uma prática eugenista de impulsionar o desenvolvimento reduzindo a população pobre, majoritariamente preta. Ele foi implantado no Brasil com a esterilização em massa de mulheres negras e submetidas à pobreza na década de 1970, situação que foi confrontada pelo nascente movimento feminista. Lula poderia ter usado o mesmo discurso para expor a tendência nazista do adversário. Para nós, do movimento feminista, o aborto é um direito, fundamentado em nossa autodeterminação reprodutiva e na autonomia sobre nossos corpos. E desta luta não abrimos mão.



Sobre as autoras

Analba Brazão. *Mestra em antropologia, educadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco, da Articulação de Mulheres Brasileiras e da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco.*

Carmen Silva. *Doutora em sociologia, constrói o SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco e da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político.*

Maria Betânia Ávila. *Doutora em sociologia, pesquisadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Militante da Articulação de Mulheres Brasileiras e da Articulação Feminista Marcosur.*

Mércia Alves. *Assistente social, educadora e pesquisadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Militante feminista do Fórum de Mulheres de Pernambuco, da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, da Articulação Recife de Luta e do Fórum Nacional de Reforma Urbana. É doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).*

Rivane Arantes. *Mestra em direitos humanos e educadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco, da Articulação de Mulheres Brasileiras, da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco e da Articulação Feminista Marcosur.*
Talita Rodrigues. *Psicóloga, mestra em saúde coletiva pela Fiocruz/PE e educadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. É militante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco.*

Talita Rodrigues. *Psicóloga, mestra em saúde coletiva pela Fiocruz/PE e educadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. É militante da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco.*

Verônica Ferreira. *Doutora em serviço social, pesquisadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia (de 2003 a maio de 2020), atualmente professora da Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN). Militante da Articulação de Mulheres Brasileiras e da Articulação Feminista Marcosur.*

